

Jornal da Constituinte

Revista da Assembleia Nacional Constituinte

Brasília, de 7 a 13 de setembro de 1987 — Nº 15

Constituinte também é independente

11 de setembro, dia da
Independência. Assim, a
Constituinte também é
independente. Não há dúvida
de que a Assembleia Nacional
Constituinte é um órgão
independente. E, às vezes, desobedece.
A Assembleia Constituinte pretende
garantir a independência importante
da Constituição. O
Brasil vive um momento feliz e
obediente. A Assembleia
Constituinte também é independente.



A Carta deve ser de todos

Passada a primeira fase dos trabalhos nas subcomissões e comissões temáticas da Assembléia Nacional Constituinte, em que os deputados e senadores, ou seja, os constituintes, votaram com as suas consciências, quase sempre, independentes do posicionamento partidário, defendendo mais as suas propostas e emendas, muitas sem serem enquadradas como matéria constitucional, tendo, também, muitas delas, sido apresentadas para terem paternidade nas leis complementares e ordinárias, chegou o momento de um novo posicionamento.

Assim, tanto os anteprojetos das subcomissões como os projetos das comissões temáticas não representam o pensamento da maioria da sociedade brasileira. Sabemos que o projeto da Comissão da Ordem Econômica interessa apenas aos empregadores, e que o projeto da Ordem Social interessa apenas aos trabalhadores, não representando a vontade da Assembléia Nacional Constituinte e nem tampouco da sociedade do nosso País.

Chegamos a uma nova etapa da Constituinte: a compatibilização dos projetos na Comissão de Sistematização e a votação das matérias no plenário, que é soberano.

Precisamos encontrar os pontos de convergência, negociar os pontos de divergência, sem transigir totalmente as nossas posições políticas, colocando o interesse maior do Brasil acima dos nossos interesses pessoais e partidários. Essa tarefa de ter a acuidade de bem servir, do momento que vivemos, da responsabilidade que nos aflixe, será prova de que poderemos mostrar para a sociedade brasileira que não somos um apelo, mas a solução para os seus problemas.

Portanto, precisamos elaborar uma Constituição que represente todos os segmentos da sociedade e não, apenas, parte dela.

Precisamos fazer uma Constituição não só para a nossa geração, mas, também, para as gerações futuras. Assim, necessitamos fazer uma Constituição moderna, sintética, duradoura, democrática e de grande cunho social.

Para tanto, necessitamos do diálogo e do entendimento de todos os partidos representados na Assembléia Nacional Constituinte, pois, caso contrário, não chegaremos a lugar nenhum e seremos julgados pela História de uma maneira não muito lisonjeira.

Constituinte Inocêncio de Oliveira
(PFL — PE)



Nova Carta é para este ano

O novo calendário para exame das emendas em plenário e na Comissão de Sistematização, além do parecer do relator e da deliberação da Comissão de Sistematização, é o principal tema desta edição do **Jornal da Constituinte**. É bom que se diga, desde já, que os prazos terminais continuam rígidos, enquanto os prazos internos, esses sim, são flexíveis. A alteração no calendário interno da Assembléia Nacional Constituinte não significa nenhum tipo de atraso no propósito de se promulgar a Carta Magna brasileira ainda este ano. Esse dilatamento do prazo, em verdade, se deu em função da necessidade de que o substitutivo do relator tenha grau máximo de negociação entre os parlamentares constituintes.

De qualquer maneira, apesar das insistentes advertências quanto a possíveis atrasos, vale a pena ressaltar que até o momento todos os prazos terminais foram cumpridos à risca. Daí por que não haver nenhuma razão para que se perca a confiança em função das modificações de percurso. Com toda certeza: teremos a nova Constituição ainda este ano.

O **Jornal da Constituinte** publica neste número um belíssimo ensaio fotográfico (na realidade, uma matéria especial) sobre a constituinte Benedita da Silva, mostrando em várias fotos o papel importante que a mulher brasileira está desempenhando neste processo.

Há, ainda, uma cobertura completa sobre a defesa das emendas populares no plenário da Assembléia Nacional Constituinte e uma reportagem central sobre a segurança no trabalho e o que a nova Carta Constitucional poderá e deverá fazer pelo trabalhador brasileiro.

O certo é que a cada dia a Assembléia Nacional Constituinte se aproxima mais da reta final e da faixa de chegada. Não há porque atropelar prazos. Afinal, a Constituição será um documento permanente.

Marcelo Cordeiro
Primeiro-Secretário da ANC

Valorização dos servidores públicos

O problema do funcionalismo público da União interessa não apenas aos que prestam serviço ao governo federal, na administração direta ou indireta e independentemente do regime de trabalho disciplinador de sua atividade.

Como a política do funcionalismo, em qualquer dos escalões (federal, estadual e municipal), está vinculada à legislação federal e aos critérios adotados pelo Ministério da Administração, é evidente que todos os que atuam no serviço público, em qualquer lugar do Brasil, aguardam com ansiedade as decisões que são tomadas em Brasília, e, muito particularmente, na área da legislação federal.

Se essa é a realidade em períodos normais (e bem conhecemos a questão, porque presidimos duas vezes a Comissão de Serviço Público na Câmara), com maior razão as atenções dos servidores públicos voltam-se para a Constituinte, que está revestida de poderes que não possui a legislatura ordinária.

É este o momento próprio para uma análise de maior profundidade das graves distorções constatadas no serviço público e da necessidade da fixação de critérios estáveis e justos para essa categoria profissional.

Destaque-se, porém, que o problema dos servidores e da administração é, essencialmente, uma questão de interesse público, pois a atividade do Estado está profundamente vinculada ao bom desempenho da máquina, da organização racional e da eficiente prestação desses serviços, bem como do ajuste burocrático, tendo em vista a modernização da atividade arrecadadora, fiscalizadora, administradora e programadora.

Nossa maior preocupação, no presente período constituinte, tem sido a de contribuir para que a máquina do Estado possa ser aperfeiçoada, e, para tanto, entendemos que a primeira providência é a de efetivamente valorizar o funcionário.

Essa valorização se faz não apenas porque essa é uma questão de justiça social, mas,

igualmente, porque o Estado necessita colocar-se em condições competitivas com a empresa privada, a fim de não perder seus melhores servidores.

Foi com esse objetivo que apresentamos, entre outras, as seguintes emendas ao projeto de Constituição: a) a não existência de período de carência para a concessão de benefícios pela Previdência Social, o que alcança funcionários que estão sob o regime CLT; b) a exigência do concurso público para a admissão de servidor, considerando nula de pleno direito qualquer admissão de funcionário sem essa preliminar; c) a perda de bens e de emprego, cargo ou função ao servidor responsável por danos causados ao erário público, ou nos casos de enriquecimento ilícito no seu exercício; d) a isenção de impostos sobre os proventos de aposentadoria, pensão e renda mensal vitalícia; e) a aposentadoria provisória, para o servidor nos casos em que a invalidez dependa de permanente verificação por perícia médica; f) a correção quanto ao sistema previdenciário do servidor, mantendo os regimes próprios, como os existentes em estados e municípios, que, pelo Substitutivo da Comissão de Sistematização, estavam ameaçados; g) a unificação dos regimes públicos de previdência, ressalvados os próprios já existentes, modificando o art. 487 do projeto da Comissão de Sistematização; h) a estabilidade, após noventa dias de exercício, para os servidores concursados e, para os demais, após três anos de exercício; i) a validade para os concursos públicos, até que seja convocado o último aprovado; j) o impedimento da incidência do Imposto de Renda do servidor ou do trabalhador em geral, desde que o mesmo exceda o equivalente a quinze diárias; k) o asseguração aos dependentes, em caso de falecimento de um dos cônjuges, de pensão de valor não inferior aos proventos de aposentadoria ou de renda mensal vitalícia que lhes dão origem; l) a garantia da não incidência do Imposto de Renda sobre os salários, devendo a contribuição percentual relativa aos que ganham acima de 15 (quinze) mínimos

ficar sob a responsabilidade do empregador, seja a empresa privada, seja o Estado.

Mas vale observar que várias outras sugestões que apresentamos como emendas integram hoje o Substitutivo do Relator Bernardo Cabral, como por exemplo, o reajuste periódico da remuneração dos servidores civis e militares, na mesma época e com os mesmos índices (art. 82, capítulo VIII, da Administração Pública, Seção I, Disposições Gerais); a exigência do concurso público, emenda contemplada com o artigo 88, inciso II; a proposta da estabilidade dos concursados, embora em prazo maior (art. 88, inciso V), o que nos levou à reapresentação da emenda relativamente aos não concursados com mais de 3 anos de atividade e aos concursados após 3 meses de exercício; a igualdade de vencimentos nos três poderes (art. 88, inciso VI); os proventos integrais da aposentadoria (art. 89, I) e a revisão na mesma proporção e na mesma data em que se verificar a modificação dos salários e vencimentos dos que estão em atividade (art. 90), ou sempre que for transformado ou reclassificado o cargo ou função em que se deu a aposentadoria do servidor civil ou a reforma do militar.

Essa prestação de contas à comunidade, interessada que é na justa retribuição salarial do servidor, e que repercute na forma de atendimento ao público e na dedicação à atividade administrativa, é, também, uma demonstração de que não vemos o servidor simplesmente como a peça da máquina administrativa, mas a alma do funcionamento dos organismos vivos da administração pública.

E é essa imagem do funcionário como partícipe da administração e co-responsável com ela que deve prevalecer não apenas na hora do elogio e do reconhecimento dos méritos, mas, também, no momento em que as faixas salariais do mercado de trabalho obrigam à atualização justa dos salários e vencimentos.

Constituinte Paes de Andrade
Primeiro-Secretário
da Câmara dos Deputados

Jornal da Constituinte — Veículo semanal editado sob a responsabilidade da Mesa Diretora da Assembléia Nacional Constituinte.

MESA DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE:

Presidente — Ulysses Guimarães; **Primeiro-Vice-Presidente** — Mauro Benevides; **Segundo-Vice-Presidente** — Jorge Arbage; **Primeiro-Secretário** — Marcelo Cordeiro; **Segundo-Secretário** — Mário Maia; **Terceiro-Secretário** — Arnaldo Faria de Sá. **Suplentes:** Benedita da Silva, Luiz Soyer e Sotero Cunha.

APOIO ADMINISTRATIVO:

Secretário-Geral da Mesa — Paulo Affonso M. de Oliveira
Subsecretário-Geral da Mesa — Nerione Nunes Cardoso
Diretor-Geral da Câmara — Ademar Silveira Sabino
Diretor-Geral do Senado — José Passos Pôrto
Produzido pelo Serviço de Divulgação da Assembléia Nacional Constituinte.

Diretor Responsável — Constituinte Marcelo Cordeiro
Editores — Alfredo Obliziner e Manoel V. de Magalhães
Coordenador — Daniel Machado da Costa e Silva
Secretário de Redação — Ronaldo Paixão Ribeiro
Secretário de Redação Adjunto — Paulo Domingos R. Neves
Chefe de Redação — Osvaldo Vaz Morgado
Chefe de Reportagem — Victor Eduardo Barrie Knapp
Chefe de Fotografia — Dalton Eduardo Dalla Costa
Diagramação — Leônidas Gonçalves
Ilustração — Gaetano Ré
Secretário Gráfico — Eduardo Augusto Lopes

EQUIPE DE REDAÇÃO

Maria Valdira Bezerra, Henry Binder, Carmem Vergara, Regina Moreira Suzuki, Juarez Pires da Silva, Mária de Fátima J. Leite, Ana Maria Moura da Silva, Vladimir Meireles de Al-

meida, Maria Aparecida C. Versiani, Marco Antônio Caetano, Maria Romilda Viera Bomfim, Eurico Schwinder, Itelvina Alves da Costa, Luiz Carlos R. Linhares, Humberto Moreira da S. M. Pereira, Miguel Caldas Ferreira, Clovis Senna e Paulo Roberto Cardoso Miranda.

EQUIPE FOTOGRÁFICA

May Wolf, João José de Castro Júnior, Reynaldo L. Stavale, Benedita Rodrigues dos Passos e Guilherme Rangel de Jesus Barros.

Composto e impresso pelo Centro Gráfico do Senado Federal — CEGRAF

Redação: CÂMARA DOS DEPUTADOS — ADIRP
— 070160 — Brasília — DF — Fone: 224-1569
— Distribuição gratuita

O povo, na tribuna, defende suas emendas

A sustentação de emendas populares cumpriu a sua segunda semana no plenário da Comissão de Sistematização. Na semana passada um maior número de constituintes defendeu essas emendas na tribuna que contou, inclusive, com líderes partidários, como foi o caso do constituinte Mário Covas, líder do PMDB na Assembleia Nacional, que propôs a eleição presidencial em novembro do ano que vem, mais precisamente no dia 15 de novembro. Terça-feira passada outro líder subiu à tribuna da Comissão de Sistematização para defender mudança no número de anos do atual mandato presidencial. Foi o líder do PT, constituinte Luiz Inácio Lula da Silva, que trouxe de volta a emenda das diretas-já.

Mas não seria apenas o presidente da República a sofrer com as alterações propostas por emendas populares. O próprio mapa do Brasil seria radicalmente modificado com a criação de nada menos que cinco novas unidades da Federação. A região Nordeste ganharia o estado de Santa Cruz, com a divisão da Bahia; a região Sul teria um novo membro: o estado do Iguaçu. Já a região Centro-Oeste assistiria à divisão do estado de Goiás em dois e à conseqüente criação do estado do Tocantins. Na região Sudeste, o Triângulo Mineiro se transformaria em unidade autônoma e, entre a região Sudeste e Nordeste, seria criado o Estado de São Francisco, um segundo desmembramento dos estados de Minas Gerais e Bahia.

Uma das emendas populares, entretanto, abriu uma nova possibilidade entre os regimes de governo a serem adotados no país com a edição da nova Carta constitucional. Fernando Batista Bolzoni defendeu a realização de um plebiscito sobre o regime de governo em que se incluiria, entre as opções a serem assinadas pela população, o regime monárquico. Na justificativa da emenda popular os signatários consideraram a instalação da própria República como "o golpe de novembro de 1889, que baniu de nossas terras o imperador D. Pedro II, de tão benfazeja atuação à testa de nosso país durante quase meio século de estabilidade constitucional".



Paulo Paim



Farabulini Júnior



Carlos Alberto Siqueira Castro

Pela melhoria dos sistemas de saúde e previdência

"As entidades fechadas de previdência privada devem gozar de imunidade tributária, porque a sua principal preocupação e razão de existência é a sobrevivência dos idosos" — defendeu o presidente da Associação Brasileira de Entidades Fechadas de Previdência Privada, Paulo Mente. Ele disse ser muito duro constatar que a proteção dada pela Previdência Social ao trabalhador idoso é aproximadamente 1,5 salário mínimo, em média, para o meio urbano e de 1/2 salário mínimo para a zona rural.

Já o deputado estadual pelo Mato Grosso do Sul, André Puccinelli, defendeu emenda popular, apresentada pela Associação Médica de seu Estado, que propõe a redefinição do sistema de financiamento da saúde no Brasil, juntamente com outras medidas de caráter estrutural, destinadas a viabilizar uma ampla reforma tributária. Pela proposta apresentada, "é dever da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios a organização e a promoção da defesa da saúde pública".

Por sua vez, ao defender a garantia do exercício privado liberal da Medicina, com livre escolha, e um sistema público de atendimento competente, o Professor Sérgio Arouca, representante do Conselho Federal de Medicina do Rio de Janeiro, manifestou-se contrário ao sistema de saúde pública atual, que classificou de incompetente e vazio, onde se faz acordo com profissionais do setor para pagar pouco e não cobrar trabalho, criando um sistema que não é público, porque não atende ao povo.

GOLPE

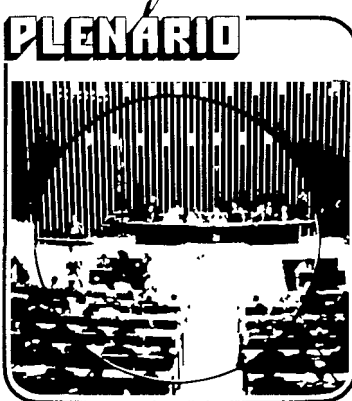
Ao defender emenda popular apresentada pela Organização Nacional de Entidades de Deficientes Físicos, o coordenador da entidade, Messias Tavares de Souza, criticou o substitutivo do relator Bernardo Cabral, por entender que ele representa um rude golpe a todas as conquistas desse segmento social. Pelo substitutivo — disse —, os deficientes deixam de existir juridicamente e constitucionalmente. Ele entende que o atendimento das necessidades dos deficientes não pode escapar à responsabilidade do poder público.

SALÁRIO

Lurdes Vanilda Chemello Favieiro defendeu emenda popular que concede um salário mínimo mensal a todo deficiente mental. O salário — disse — visa minorar as dificuldades daquelas famílias que, além de não terem o mínimo para sua sobrevivência, ainda enfrentam o problema emocional e financeiro representado pela rejeição da sociedade aos deficientes.

CAOS

Ao pregar a necessidade de um tratamento igualitário para as entidades de previdência fechada no setor estatal, o presidente da Confederação nacional dos Servidores Públicos, Archimedes Franco, assinalou que o caos na previdência social do país é muito maior do que se imaginava, conforme admitiu o próprio ministro Raphael de Almeida Magalhães. O deputado Virgildásio de Senna (PMDB — BA) comprometeu-se a lutar para que a reivindicação do sindicalista fosse atendida.



"A jornada de trabalho de 40 horas semanais é o caminho para reduzir-se o nível de desemprego. A redução de 48 para 40 horas implica a abertura de uma vaga para cada cinco empregados hoje"



Archimedes Franco

Ao trabalho o valor que ele deve ter

A estabilidade no emprego é um instituto já consagrado em diversos países e resulta do nível de desenvolvimento econômico atingido pelas nações, bem como da luta dos trabalhadores em defesa de suas reivindicações, afirmou o deputado Paulo Paim (PT — RS) ao defender, frente à Comissão de Sistematização, emenda popular encaminhada pela Central Única dos Trabalhadores, pelo Movimento dos Trabalhadores sem terra e pela Comissão Pastoral da Terra.

Paulo Paim disse que o Brasil tem registrado grandes avanços no desenvolvimento econômico, ao mesmo tempo em que tem regredido no campo social. Por esse motivo ele considerou que a estabilidade no emprego deve ser inserida na futura Constituição de forma clara para que somente a justa causa, judicialmente comprovada, possa ensejar a rescisão do contrato de trabalho.

A jornada de trabalho semanal de 40 horas foi outro ponto defendido pelo constituinte Paulo Paim. Esse é o caminho, segundo ele, para reduzir o nível de desemprego, pois a redução da jornada de 48 para 40 horas semanais implica abrir mais uma vaga para cada cinco empregados existentes hoje.

Os constituintes Mário Lima (PMDB — BA), Adhemar de Barros Filho (PDT — SP), Farabulini Júnior (PTB — SP) e Juarez Antunes (PDT — RJ) hipotecaram integral apoio à proposta de emenda popular defendida por Paulo Paim.

HIERARQUIA

O professor Carlos Roberto Siqueira de Castro defendeu, diante da Comissão de Sistematização, emenda popular que assegura a primazia do trabalho sobre o capital e fixa como direito do trabalhador o acesso à moradia digna. Ele entende que uma vez estabelecida a hierarquia do trabalho sobre o capital, toda a legislação trabalhista, bancária, de mercado de capitais, comercial e civil deverá ceder espaços àquela que é fundamental: o direito ao trabalho e à remuneração justa do trabalhador.

O vice-presidente da Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil, João Botelho, la-

mentou que em nosso país o trabalhador seja tratado como um objeto descartável e disse que no Brasil a legislação trabalhista tutela e protege a questão salarial "contra o próprio empregado". A legislação que beneficia o trabalhador não é respeitada — afirmou — como é o caso da norma previdenciária que estabelece serem os proventos da aposentadoria equivalentes aos salários da ativa.

Em apoio ao raciocínio do dirigente sindical, o deputado Jorge Ueque (PMDB — RS) disse acreditar que muitos dos responsáveis pela Previdência entendem que ela existe para punir o trabalhador e não para protegê-lo. João Botelho manifestou sua confiança de que muitas emendas populares terão acolhida na Constituição para que o trabalhador possa sentir-se compensado.

DIREITOS

O deputado estadual José Duarte (MG), em nome da Associação dos Aposentados e Pensionistas do alto Paranaíba, apelou aos constituintes para que não percam a oportunidade de inserir na nova Constituição dispositivos que assegurem aos já aposentados e pensionistas do Brasil os mesmos direitos daqueles que irão se aposentar. Ele frisou que os projetos apresentados não mencionam os trabalhadores que já se aposentaram, deixando margem para que a Previdência entre na Justiça arguindo que só os futuros aposentados terão direito aos benefícios criados.

Os termos em que a questão trabalhista foi colocada no substitutivo do relator Bernardo Cabral foram considerados um retrocesso pelo diretor técnico do Departamento Intersindical da Assessoria Parlamentar, Ulysses Riedel de Rezende. Ele acrescentou que a forma como foi tratada a questão trabalhista resultou da atividade de órgãos comprometidos com os interesses da classe empresarial e do poder econômico selvagem.

O direito inalienável a uma aposentadoria justa deve ser consagrado na futura Constituição, afirmou o coordenador do Fórum Nacional da Terceira Idade, Adib Jorge. Ele ressaltou estar falando em nome de 10 milhões de idosos e mais de 60 milhões de trabalhadores do campo e da cidade.

Razões para a criação de mais estados

Na sessão audiência que a Comissão de Sistematização concedeu aos signatários de emendas populares, Osmar Lantenschleiger, presidente da OAB de Cascavel (PR), defendeu um plebiscito em que a população interessada diria se concorda ou não com a criação do estado de Iguazu, correspondente ao oeste do Paraná e de Santa Catarina.

Essa região, conforme disse, nunca fora integrada cultural ou historicamente ao Paraná e a Santa Catarina, e por isso mesmo havia sido transformada em território federal por ato do presidente Getúlio Vargas. E hoje, forçosamente, seria o estado de Iguazu, se a Constituição de 1946 não tivesse extinguido o território.

SÃO FRANCISCO

Por sua vez, Expedito Mendonça, coordenador da campanha em favor do estado de São Francisco (sul da Bahia e norte do de Minas Gerais), fez ver que a criação dessa unidade da federação é um imperativo nacional.

Mendonça exibiu manifesto de 88 prefeitos do nordeste mineiro a favor da autonomia da região, e disse que temos hoje a mesma divisão territorial que serviu ao colonialismo português, com exceção apenas dos estados do Acre, Rondônia e Mato Grosso do Sul.

O orador defende a redivisão, para permitir ao país um desenvolvimento harmonioso e sem o gigantismo de um estado como Minas Gerais.

TRIÂNGULO

A emenda pelo estado do Triângulo (autonomia do Triângulo Mineiro Uberaba, Uberlândia) foi defendida por Hugo Rodrigues da Cunha, o qual recordou também a forma arbitrária da origem dos estados, sucedâneos das províncias.

Para Hugo Rodrigues da Cunha o Triângulo constitui um verdadeiro apêndice geográfico de Minas Gerais, tendo pertencido ao território goiano quando este fazia parte da Capitania de São Paulo, e sendo anexada a Minas em 1816, e isto contra a vontade do então governador mineiro, dom Manuel Francisco Zacarias.

A luta pela criação do Triângulo remonta ao século passado: A região do Triângulo possui 74 municípios com dois milhões de habitantes em 133.000 km², com uma arrecadação quatro vezes maior do que é ali aplicada.

TOCANTINS

A defesa do estado do Tocantins (desmembrado do norte de Goiás) coube a Darcy Martins Coelho, segundo o qual o plebiscito previsto no atual projeto da nova Constituição, para o dia 15 de novembro de 1988, protela os anseios da população interessada



Darcy Martins Coelho

e cria um vácuo administrativo. Conforme o orador, a criação de estados deve ter tratamento similar ao da criação dos municípios.

Darcy Martins Coelho foi apertado pelos constituintes José Freire, Fernando Gomes e Siqueira Campos, e pelo deputado Coriolano Sales, presidente da Assembleia Constituinte da Bahia.

SANTA CRUZ

O estado de Santa Cruz, decorrente da emancipação do sul da Bahia, foi objeto de exposição de defesa por parte do professor Léo São Mateus, o qual declarou falar em nome de uma parcela do povo baiano, e sustentou ser preciso reduzir o gigantismo de alguns estados brasileiros para um melhor atendimento das reivindicações dos direitos de suas populações.

O tamanho do território de um estado — diz o orador — não é importante para assegurar o bem-estar e a felicidade de seus habitantes, pois se assim fosse os amazonenses seriam o povo mais próspero e talvez Sergipe nem mesmo fosse um estado.

Léo São Mateus apelou, por fim, aos integrantes da Assembleia Nacional Constituinte em favor do povo da região de Santa Cruz e no seu direito de manifestar-se através de plebiscito.

CONTRA

Já o deputado Coriolano Sales, presidente da Assembleia Legislativa da Bahia, defendeu a emenda popular contrária à divisão da Bahia.

A emenda — diz Coriolano — antes de ser contra a divisão territorial da Bahia, caracteriza-se pela defesa da integridade do território baiano. A população baiana deseja manter íntegro o território da Bahia.

COMPETÊNCIA

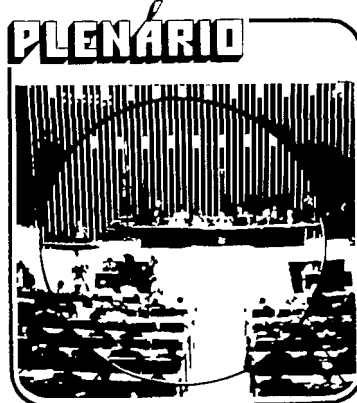
Já a competência estadual para legislar sobre a criação de novos municípios foi defendida por Wilson Mário Roseiro, representante da Frente Distrital Paulista de



José Paulo Bisol



Osmar Lautenschleiger



É fácil dizer que o povo não tem condições de decidir seu destino. Mas é esse povo que, com sabedoria e ignorância deve decidir.

Emancipação.

O orador destaca que sempre que os distritos tentam sua autonomia, encontram fortes obstáculos nas câmaras municipais. E isso tem de mudar — concluiu.

AÇÃO POPULAR

“É fácil dizer que o povo brasileiro não tem condições de decidir sobre o seu destino, mas para legitimar o uso da palavra democracia, então, esse povo, com sabedoria e ignorância, é quem deve decidir. O povo não aprenderá jamais se não participar.”

Com essa afirmação de confiança na iniciativa popular, o Senador José Paulo Bisol (PMDB — RS), defendeu no plenário da Comissão de Sistematização emenda assinada por 31.219 eleitores gaúchos, com o apoio da Ordem dos Advogados do Brasil — seção do Rio Grande do Sul e outras 27 entidades.

Entre outros instrumentos de



Hugo Rodrigues Cunha



Luiz Inácio Lula da Silva

participação popular, a emenda defende o instituto da “ação popular” gratuita e o referendo popular para todas as leis e atos federais de interesse nacional. Esse referendo, segundo a emenda, seria requerido por um 1% do eleitorado nacional, distribuído e, no mínimo, cinco estados.

DIRETAS

O constituinte Luiz Inácio Lula da Silva (PT — SP) defendeu a emenda popular que convoca eleições diretas para presidente da República em 1988, afirmando que esse é o caminho para o país se tornar independente politicamente e, por consequência, independente economicamente. Ele cobrou coerência do PMDB e, em particular, do presidente do partido, deputado Ulysses Guimarães, com os compromissos assumidos na campanha popular de 1984 pela convocação de eleições diretas já.

Luiz Inácio Lula da Silva disse que as condições enumeradas em 1984 para justificar a convocação de eleições diretas (desemprego, miséria, desigualdades sociais, recessão econômica) perduram hoje. Se não mudaram as condições reais de vida da sociedade, afirmou, então mudaram as pessoas, mudou a maneira de pensar de cada uma delas.

MEDIUNIDADE

A emenda popular que garante a liberdade religiosa no Brasil foi defendida pelo diretor da Rede Bandeirantes de Televisão, Augusto Cesar Vanucci, que retratou as perseguições a que estão sujeitos aqueles que professam a religião espírita e que têm poderes paranormais, quando seu único crime é praticar o amor pelo próximo e ajudar enfermos.

A paranormalidade ou mediunidade é um assunto que interessa a todos brasileiros — afirmou —, porque, em cada lar, há pelo menos uma pessoa que já foi ajudada pelas práticas espirituais. Citou dezenas de médiuns que foram presos apenas pelo fato de ajudar pessoas, criticou o atraso em que se encontra o país no estudo da

psicobiofísica e o preconceito contra os fatos mediúnicos. Depois de fazer 1.800 programas de televisão — disse — é que consegui realizar um velho ideal de jovem, falar da percepção, através do Programa Terceira Visão.

PRERROGATIVAS

Em nome do Comitê Pró-Participação na Constituinte dos Movimentos Populares de Minas Gerais, o operário da construção civil José Gomes Pimenta defendeu, por 35 mil signatários, maior participação popular na administração pública.

“Estamos saindo de duas décadas de opressão permanente”, afirmou Pimenta diante dos constituintes, ao lembrar que os sindicatos perderam a expressão, “tornando-se, simplesmente, instrumento governamental”.

A emenda, que recebeu o número 56, se propõe a fortalecer as instituições brasileiras, ajudar o Congresso Nacional e os legislativos estaduais a readquirirem suas prerrogativas.

“O povo — segundo observou José Gomes Pimenta — não quer intrometer-se nos assuntos maiores que pertencem aos legisladores; queremos ser fonte de alimentação destes para que possamos realmente ter força nas nossas comunidades.”

DISTRITAL

Ao defender emenda popular que mantém o sistema de voto proporcional para eleição dos integrantes do Poder Legislativo, o vereador por São Paulo e presidente da Confederação das Associações dos Moradores de São Paulo, João Bosco da Silva, afirmou que a implantação do voto distrital ou distrital misto, pretendido por alguns, permite a prevalência das oligarquias políticas e das elites do poder econômico, dificultando a representação no Parlamento das forças populares e progressistas.

O sistema de voto distrital misto — acrescentou — já está caduco e foi jogado no lixo da História do Brasil exatamente porque não tem as condições necessárias para garantir que o Parlamento ou as assembleias estaduais reflitam o conjunto da sociedade.

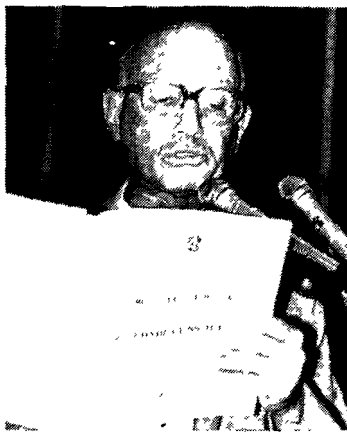
MORAL

O jurista e ex-secretário de Justiça de São Paulo, Dalmo de Abreu Dallari, defendeu a emenda que garante a participação popular no processo legislativo dizendo que tal prática é comum nos Estados Unidos, onde dezenas de propostas de iniciativa popular são aprovadas anualmente a nível dos legislativos estadual e federal. A participação popular não diminui o Parlamento, pelo contrário, só engrandece a atividade legislativa, acrescentou.

Dalmo Dallari frisou que há uma interligação necessária entre participação popular, legislação mais justa e construção da paz. A participação popular — acrescentou — implica um papel moral de extrema relevância, pois é muito difícil interessar o povo nas questões públicas, se não lhe for dado um papel ativo. A deputada Irma Passoni (PT — SP) solidarizou-se com a emenda afirmando que a participação do povo respalda e valoriza o Parlamento. Não o diminui, pelo contrário, o fortalece.



Deodato Rivera



Dom Cândido Padim



Gisela Mendonça



José Freire



Dalmo Dallari

Morrem 400 mil crianças por ano

Em pauta, as emendas populares sobre direitos da criança e do adolescente. E ao abrir a sessão da Comissão de Sistematização o presidente, senador Afonso Arinos, expressou-se assim:

— Estamos hoje com a galeria povoada, como se dá às vezes em Campinas, com as famosas andorinhas de Campinas, que se juntam de repente nos pombais daqueles abrigos especiais daquela cidade.

Ruy Barbosa tem uma página sobre as andorinhas de Campinas. Estou lembrando que toda essa garotada que está aí é como as andorinhas de Campinas, que nos vêm ver do alto de seus poleiros para apreciar.

Peço licença aos constituintes para saudar as galerias.

E o primeiro inscrito, o coordenador da Comissão Nacional da Criança e a Constituinte, Vital Didonet, perguntou:

— Embora a Declaração dos Direitos da Criança, das Nações Unidas, seja de 1959, existe uma distância muito grande entre os direitos proclamados e os direitos conferidos na prática. Onde está o direito das 400 mil crianças que morrem anualmente no Brasil antes de completar 4 aniversários? Onde está o direito à alimentação dos 15 milhões de crianças brasileiras esqueléticas e famintas? Onde está o direito a um nome, a uma família, a um lar, dos milhões de crianças abandonadas? Onde está o direito à educação desde o nascimento, se apenas quinze, em cada cem crianças menores de sete anos, têm acesso a uma instituição especializada que cuida de sua educação? Onde o direito à educação básica? Onde está o direito ao lazer e à educação? Onde está o direito ao respeito e a valorização e à integridade física das crianças que são violentadas no seu corpo e na sua mente pelas agressões físicas e morais?

E logo se deram apartes, ora de saudação, ora de complementação ao que dizia o professor Vital Didonet: os constituintes Benedita da Silva, Nelson Aguiar, Eraldo Tinoco, Celso Dourado, Nelson Seixas.

A seguir vem, a palavra ao professor Deodato Rivera, coordenador da campanha "Criança, Prioridade Nacional".

A proposta em debate é a Emenda Popular nº 96, sobre os direitos e garantias da criança e do adolescente. Apresentada pela Pastoral do Menor, da CNBB, pela Sociedade Brasileira de Pediatria, pela Federação Nacional das Sociedades Pestalozzi, pelo Movimento Nacional Meninos e Meninas de

Rua, pela Frente Nacional da Defesa dos Direitos da Criança, pelo Serviço Nacional Justiça e Não-Violência e pela Associação Ação-Vida.

Esta emenda — diz Deodato Rivera — conseguiu, em menos de 30 dias, a adesão de 85.700 eleitores. O esforço principal pelas assinaturas concentrou-se nas cidades de Leopoldina e Muriaé, Minas Gerais, no município de Campo Limpo Paulista, nas cidades de Niterói e Rio de Janeiro, e no Distrito Federal. Foram fundamentalmente meninos e meninas de escolas e colégios dessas localidades que recolheram as assinaturas, orientados por seus abnegados mestres. Uma nação que abandona sua infância e negligencia sua juventude é uma nação sem futuro. É acerca do futuro deste país que a Assembléia Nacional Constituinte estará deliberando ao considerar a Emenda Popular nº 96.

EDUCAÇÃO

O bispo de Bauru, dom Cândido Padim, discutiu a Emenda nº 10, que diz respeito ao capítulo da Educação, subscrita por 750 mil eleitores e apresentada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, pela Associação de Educação Católica do Brasil e pela Associação Brasileira de Escolas Superiores Católicas. Dom Cândido Padim começou por felicitar a Assembléia Nacional Constituinte pela iniciativa das emendas populares.

O orador entende que, no capítulo referente à Educação, se deveria definir a qualidade educacional a ser exigida de todas as escolas e instituições educacionais, quer mantidas pelo Estado, quer mantidas por iniciativa da sociedade. Falta exatamente essa definição no sentido de qualidade educacional.

Depois, a presidência dá a palavra a Tomaz Wonghon, que defendeu a Emenda Popular nº 49, que trata do ensino público e gratuito, patrocinada pela Confederação dos Professores do Brasil, pela Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior e pela União Nacional dos Estudantes. Tomaz Wonghon é presidente da Confederação dos Professores do Brasil. E, conforme o orador, o ensino público é o retorno ao cidadão brasileiro dos impostos, das taxas e das cargas tributárias que estão aumentando terrivelmente. O ensino público deve ser a retribuição.

ENSINO GRATUITO

O professor Roberto Geraldo



Onde está o direito das 400 mil crianças que morrem anualmente no Brasil antes dos 4 anos? Onde o direito da criança à alimentação e à educação?

de Paiva Dornas, presidente da Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino — FENEN, sustentam a Emenda Popular nº 83 — Ensino Gratuito — defendida pela Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino em Brasília e pelo Sindicato de Estabelecimentos de Ensino de Duque de Caxias, e que diz: "O ensino será gratuito em todos os níveis, em qualquer estabelecimento para aqueles que demonstrarem aproveitamento e insuficiência de recursos".

E explica: Pregamos o ensino gratuito para o aluno. É preciso que se respeite a crença do aluno, sua convicção e o seu direito de opção. E nunca defendemos dinheiro para a escola, porque se há um meio de estatizar e tornar a escola ruim, como está a escola pública, que a queremos boa, é dar dinheiro à escola.

ENSINO RELIGIOSO

O pastor Elias Abrahão defendeu a Emenda Popular nº 4 — Ensino Religioso — patrocinada pelas entidades da Associação Interconfessional de Educação de Curitiba, Conselho de Igreja para Educação Religiosa de Florianópolis, Instituto Regional da Pastoral de Mato Grosso, Campo Grande, e contou com 66.637 assinaturas.

Elias Abrahão sustenta que não

prega a edificação de dogmas e doutrinas, que é tarefa precípua e especial das próprias igrejas, mas a construção de uma nova sociedade.

FORÇAS ARMADAS

Na discussão de emendas populares, Gisela Mendonça, presidente da União Nacional dos Estudantes, fez ver a necessidade da democratização das Forças Armadas, dizendo que, para isso, é necessário estejam elas submetidas ao Estado democrático.

Para a líder universitária, a fim de que a UNE não mais tenha que voltar a reclamar punição ou que a sociedade brasileira jamais tenha de voltar a se envergonhar de anos e anos de arbítrio, é de se exigir que a Assembléia Nacional Constituinte faça aquilo que hoje é aspiração da democracia e do povo brasileiro: defina o papel das Forças Armadas como guardiã das fronteiras do nosso País, não permitindo que elas voltem a influir na vida política e institucional.

PODER DE INICIATIVA

Antônio Morimoto, presidente da Sociedade de Desenvolvimento de Rondônia, fez a defesa da Emenda nº 57, que versa sobre a ação de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, incluindo entre os que têm poderes de iniciativa, além dos partidos políticos, as federações e confederações sindicais.

Morimoto chama a atenção para a novidade da emenda popular de Rondônia: é a inclusão do ato administrativo, até então excluído do crivo do STF pela via proposta, ou seja, a arguição de inconstitucionalidade ou a representação com vistas a evitar dúvidas de interpretação.

JUIZADO DE INSTRUÇÃO

A Emenda nº 102, referente ao Juizado de Instrução, foi defendida pelo constituinte José Freire, do PMDB de Goiás. Freire representa entidades vinculadas à Polícia Militar do Estado de Goiás, à Associação dos Militares Inativos daquele Estado e ao Clube de Oficiais da Polícia Militar.

Lutam os oficiais-militares — diz o orador — não pela satisfação de interesses classistas, e sim pela introdução de mecanismos capazes de assegurar ao cidadão melhores condições de defesa dos seus direitos, ao Poder Judiciário a plenitude de sua atividade na consecução da justiça, ao Ministério Público a independência para acompanhar desde o início a realização dos procedimentos au-

torizativos da propositura da ação penal, aos advogados a igualdade de oportunidade para a promoção da defesa, à Polícia seja trajada com uniformes ou em trajes civis, a realização do policiamento ostensivo ou dos trabalhos de investigação criminal.

POLÍCIA RODOVIÁRIA

O advogado Ulysses Guedes defendeu a Emenda nº 38, que declara a Polícia Rodoviária Federal órgão de segurança pública.

O orador sustenta que a Polícia Rodoviária Federal deve continuar a cumprir sua relevante missão de, diuturnamente, zelar pelo fluxo do trânsito e pela segurança dos usuários das estradas brasileiras, onde esse policial fica sujeito às mais adversas condições climáticas, da chuva torrencial ao calor sufocante.

DESARMAMENTO

O presidente de honra da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e presidente da Sociedade Brasileira de Física e da Associação Brasileira de Antropologia, José Goldenberg, defendeu a Emenda nº 43, sobre desarmamento nuclear, cuja redação é a seguinte:

"Compreendendo que a perspectiva da guerra nuclear põe em risco a continuidade da vida sobre a terra, a nação brasileira se compromete com o esforço continuado pelo desarmamento e transporte de armas, bombas nucleares em seu território, assim como a participação brasileira em projetos que visem ao desenvolvimento ou uso de tais armas."

Informa o físico José Goldenberg que essa situação já foi enfrentada por diversos países, como o Canadá, a Suíça e o Japão, que, seguramente, têm tecnologia suficiente para produzir armas nucleares e decidiram não produzir essas armas, por razões as mais diversas. A redação não proíbe o desenvolvimento de energia nuclear no Brasil para fins pacíficos.

CENTROS ESPÍRITAS

Milton Felipeli, representante de entidades espíritas, falou em nome de vários centros espíritas e do Grupo Espírita Paulo e Estêvão, de São Paulo, trazendo uma proposta com 62.309 assinaturas.

A essência da proposta: garantia do direito ao exercício e a prática da mediunidade, com finalidade de assistência espiritual e recurso auxiliar no tratamento de enfermidades psíquicas, espirituais e físicas, inclusive, através de passes, desde que exercida gratuitamente.

Jovem gaúcho defende Monarquia

O gaúcho Fernando Bolzoni, 18 anos, defendeu do plenário da Assembléia Nacional Constituinte a emenda popular nº 51-2, segundo a qual a 15 de novembro de 1993, o eleitorado definirá, através de plebiscito, qual o regime de governo adequado para o país: República Presidencial, República Parlamentar ou monarquia Parlamentar. Eis o discurso do jovem defensor da proposta patrocinada pelo deputado constituinte Cunha Bueno:

“A 15 de novembro de 1993, o eleitorado definirá, através de plebiscito, qual o regime de governo adequado para o país: República Presidencial, República Parlamentar ou monarquia Parlamentar.

Parágrafo Único. Será assegurada, gratuitamente, a livre divulgação destes sistemas através dos meios de comunicação de massa cessionários de serviço público, na forma que a lei determinar.”

Eis, na íntegra, a proposta que defendemos. 44.632 brasileiros conferiram este mandato de 20 minutos para que viéssemos, aqui, expor as razões que justificam a utilidade, para não falar na necessidade, de consultar o povo sobre qual a forma de governo sob a qual deseja que o Brasil cruze o século.

Por que o plebiscito?

O plebiscito, segundo a doutrina moderna, é uma votação popular sobre assuntos de relevância constitucional. É a única maneira de se conhecer a vontade popular, sem desvios, nem confusões. É um recurso que nos diz se uma tese terá, além da mera maioria parlamentar, o efetivo respaldo popular, sem o qual nenhuma instituição cria raízes.

Além da vantagem prática, já citada, o plebiscito tem uma influência muito grande na politização do eleitorado. Se fizermos o povo participar na discussão das teses, ao invés de simplesmente conferir mandatos, ele adquirirá responsabilidade e passará a votar mais conscientemente. Assim, a educação política decorrente da participação fará com que a representação eleita melhore de nível e se pareça mais com ele. Benjamim Constant já se preocupava com o isolamento da classe política em relação à opinião pública. Assim, geralmente a vontade popular era mais avançada que as assembleias que a representavam. A convocação de um plebiscito mostraria que a sua representação política não está se encastelando em Brasília, na “ilha da fantasia”, mas está preocupada com a sua opinião e quer ouvi-la. Nestes tempos em que a atividade política é tão criticada por alguns, tal decisão faria um grande bem.

É óbvio que a democracia direta não se aplica ao Brasil de hoje. Nem nós estamos aqui para dizer o contrário. A consulta direta ao povo, atualmente, só é possível e desejável em questões genéricas e fundamentais. É aqui que a nossa proposta se enquadra. A definição sobre o sistema de governo é um ponto fundamental. É o alicerce sobre o qual vai ser construído todo o nosso ordenamento jurídico futuro. É algo tão básico que modela todo o resto. É uma decisão extraordinária e, espera-se, definitiva. Exatamente por isso, qualifica-se para ser plebiscitada.

A convocação da Assembléia Nacional Constituinte pressupõe a soberania da mesma. Esta é soberana porque escolhida pelo único detentor do Poder Constituinte originário, o povo. Por não poder exercer diretamente a sua soberania, o povo delegou poderes a esta assembleia. Por este princípio, todo cidadão é titular do poder soberano e, portanto, tem o direito de participar do seu exercício. Assim, é consequência lógica a intervenção do povo no processo constituinte.

Por outro lado, a própria Assembléia deu um passo importante no processo de participação popular com as próprias emendas populares, como esta. Curiosamente, as emendas populares não são uma invenção nova. No Brasil mesmo, já tivemos experiência semelhante, com a variante de que não se necessitava de 30 mil assinaturas

para propor a emenda, mas tão-somente uma assinatura. E qual foi esta Constituinte, tão participativa? Terá sido a de 34? Ou a de 46? Nenhuma delas. Foi a nossa primeira, a Constituinte do Império, a de 1823.

Se efetivamente desejamos democratizar o poder, a simples participação popular em emendas de sua autoria é um passo importante, mas que não esgota o princípio. Em termos de evolução efetiva na participação popular, a novidade é o plebiscito. E quem é que, se dizendo democrata, vai poder se colocar contra a convocação de um plebiscito? A menos, é claro, que ache que o povo não sabe escolher. Mas quem pensa assim não merece o mandato que tem. O que queremos dizer com isto é que, se admitimos a participação popular através de emendas, por que não podemos admiti-la através de plebiscito?

Após todas estas considerações, a pergunta deixou de ser “por que fazer um plebiscito” e passou a ser “por que não fazer-se um plebiscito?”

Chegou-se a argumentar que a convocação de um plebiscito é inoportuna, uma vez que este mesmo povo acabou de eleger uma Assembléia Constituinte. O argumento não procede, em vista de que temos de considerar que, em uma democracia, sempre haverá alguém que esteja exercendo um mandato eletivo, no qual foi investido pelo povo. Assim, contestar o plebiscito sob este argumento equivale a descrever dele como útil recurso de democracia

O argumento final é histórico. Este plebiscito é uma dívida da República para com a Nação. Este plebiscito foi prometido no Decreto de Proclamação pelo Governo que, sabendo-se golpista e, portanto, ilegítimo, se dizia “provisório”. Através desse plebiscito, veríamos se a República era, como pregavam seus propagandistas, o desejo da maioria do povo. Por saber que jamais veriam o seu golpe legitimado pela Nação, a República fingiu que esqueceu o plebiscito, e em todas as malfadadas constituições que escreveu, jamais deixou de colocar um preceito que proibia a votação de emenda que tendesse a abolir a República.

Por que parlamentarismo?

A resposta óbvia baseia-se na análise dos efeitos do presidencialismo no Brasil. O ilustre Senador Afonso Arinos nos mostrou, dia 4 de agosto, como o presidencialismo nasceu nos Estados Unidos e só para os Estados Unidos. Já o presidencialismo brasileiro tendeu sempre para a ditadura, bem de acordo com a tese positivista em que se inspirou. No espírito de alguns militares positivistas golpistas que derubaram a monarquia constitucional, a democracia era indesejável, porque “toda a escolha dos superiores pelos inferiores é profundamente anárquica.” Dessa forma, a República presidencialista brasileira mostraria, em seus quase 100 anos, que jamais seria adequada à democracia.

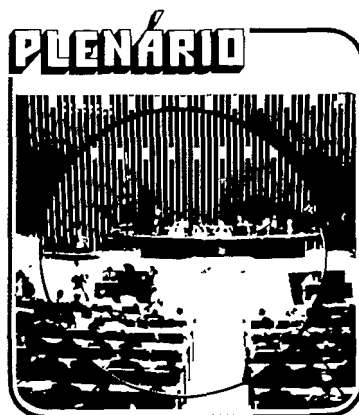
República não é sinônimo de democracia.

Se quisermos um bom sinônimo para presidencialismo, esse sinônimo é crise. Pois foi só o que este sistema



Bolzoni, 18 anos, quer monarquia

Ao defender a monarquia Parlamentar, Fernando Bolzoni disse: “Vamos abandonar o passado de golpes e avançar para o futuro de desenvolvimento”



nos deu, crise. Chegamos ao cúmulo de ter na crise não a exceção, mas a regra. Nestes 96 anos de presidencialismo, podemos contar 54 de crises, golpes, ditaduras, estados de sítio, revoltas militares, cassações, torturas, exílio, guerras civis! Quanto sangue foi vertido em nome da tacaquia e egoísta manutenção do poder absoluto presidencialista...

Como chegamos a isto?

Como aceitamos continuar neste sistema?

Desde o golpe de 15 de novembro até a eleição de Washington Luís, apenas Campos Salles governou sem usar o Estado de Sítio. Artur Bernardes conseguiu a façanha de exercer todo o mandato sob Estado de Sítio, no melhor estilo de Pinochet... De 1926 para cá, apenas um presidente civil conseguiu completar seu mandato, Juscelino Kubitschek, embora tenha enfrentado duas revoltas militares. Nunca é demais lembrarmos que a Revolução de 1930 veio para acabar com a chamada “eleição a bico de pena”. E o que mudou?

Em defesa da tese parlamentarista, invoco o testemunho insuspeito de Leonel Brizola, em aparte a Raul Pilla:

“Nobre deputado, o parlamentarismo já se faz mister. Não podemos mais nos aventurar neste regime presiden-

cialista que, para mim, não passa de um fantasma, porque enterrado quando do sepultamento do nosso grande chefe nacional, Dr. Getúlio Vargas. O presidencialismo está enterrado e temos um fantasma a nos atormentar, Sr. Deputado. O parlamentarismo é uma fórmula alta, capaz de operar a verdadeira união nacional. Através dele, vamos conseguir essa união (...). Ao povo brasileiro interessa a fórmula parlamentarista”.

Uma das vantagens, senão a maior, do regime parlamentarista, é proporcionar a distinção perfeita entre Governo e Estado. No presidencialismo, ambos são dirigidos pelo mesmo órgão, o que faz com que aquele que se coloca contra o Governo acabe se colocando — ainda que não queira — contra o Estado. Isto impossibilita a distinção entre oposição e subversão, o que inviabiliza qualquer tentativa de convivência democrática, legal e pacífica.

Por que monarquia?

Senão por outras razões, a Constituinte de 1987 ficará famosa por ter, pela primeira vez em nossa história republicana, através da emenda Cunha Bueno, admitido a discussão da tese da monarquia. Sua emenda lançou as bases do debate que ora se trava. A opção monárquica não se justifica através de um pretenso direito divino, muito menos por nostalgia de um tempo que já passou. Antes disso, a monarquia é uma alternativa política a qual não devemos ter medo ou pudor de recorrer. Disse Einstein certa vez: “É mais fácil quebrar um átomo do que um preconceito”. Pois estamos aqui para provar que a monarquia não é uma proposta anacrônica, mas uma alternativa capaz de nos trazer estabilidade política com democracia.

A primeira avaliação que se deve fazer refere-se ao método de sucessão na chefia do Estado. O que é melhor, a sucessão eletiva ou a sucessão hereditária?

Antes, porém, vamos considerar o que se procura em um chefe de Estado: suas características fundamentais devem ser a independência e a imparcialidade, não? Isto posto, pergunta-se: é mais fácil encontrar estas qualidades em um presidente, que fez centenas de promessas para eleger-se ou em um rei, que não deve seu cargo a ninguém? A opção pela chefia eletiva parece a mais racional, mas é contraditória à própria noção de chefia de Estado. O chefe de Estado deve ser o representante de toda a Nação. Porém, uma vez eleito, torna-se apenas o representante da maioria que votou nele.

A idéia da sucessão hereditária repugna a muitos pelo fato de parecer injusto que uma família só tenha o direito de encarnar a Nação. Aqui, entretanto, deixou-se de lado as considerações sobre o que é justo, em face das considerações sobre o que dá certo. O método hereditário é uma criação empírica. Nasceu das experiências de vários povos, que chegaram à mesma conclusão: a sucessão hereditária é superior. Todo ofício não requer a sabedoria da experiência e da continuidade? E o ofício de chefe de Estado, por acaso não requer? Exigimos estágio para o advogado, residência para o médico, centenas de horas de voo para o piloto, anos de estudo para o engenheiro... Por que, então, fazemos questão de improvisar o chefe de Estado? Por que não exigir preparo dos chefes? Mas como preparar chefes de Estado na República? Apenas com a hereditariedade, vale dizer, com a monarquia, é possível educar os futuros chefes de Estado. Na monarquia não se improvisa, porque chefia de Estado não é brincadeira.

A forma eletiva de sucessão parece mais justa, por permitir, em tese, que qualquer um possa vir a ser o chefe de Estado. Este princípio, baseado nas doutrinas igualitaristas e individualistas da revolução francesa não era aplicado na antiguidade não por ser a anti-

güidade necessariamente antidemocrática, mas pelo fato de já haver sido testado e falhado. Com efeito, os primeiros estados nacionais nasceram não sob a monarquia, mas sob a república vitalícia. Esta, porém, sempre apresentava problemas no momento da sucessão. Todos julgavam-se iguais, logo todos queriam ser chefe. Buscou-se resolver isto com o patrocínio da sucessão pelo próprio chefe, ainda em vida. O resultado foi que os pretendentes passaram a brigar antes da sucessão, ao invés de depois da vacância. Para evitar que a luta sucessória dividisse o grupo, viu-se que era necessário encontrar um candidato que reunisse condições extraordinárias, capazes de colocá-lo, de pronto, acima dos outros. Chegou-se à conclusão de que o único que preenchia esses requisitos era o filho do chefe, por conhecer os problemas do Estado, pelo prestígio que a sua linhagem lhe concedia, enfim, pelo consenso geral, foi investido.

Consenso. Esta é a palavra-chave da monarquia. Este é o regime do consenso. É exatamente pelo consenso que a monarquia passa a ser quase um seguro antgolpe. É nas monarquias modernas que vemos a menor tradição de intervencionismo militar. Na verdade, é nas monarquias que vemos que o poder militar está diretamente subordinado ao poder civil, na pessoa do monarca, comandante-em-chefe das Forças Armadas. Nos regimes presidencialistas, é raridade o País que não caia em ditadura. Nos regimes parlamentaristas, é raro o País que caia na ditadura. Nas monarquias, o Poder Moderador é neutro. Este poder não é criação da Constituição do Império, mas apenas uma manifestação do Estado. Nas monarquias, a coroa desempenha este papel com brilhantismo; nas Repúblicas, as Forças Armadas suprem esse vácuo de poder. A tradição latino-americana nos mostra bem o quanto é perigoso este intervencionismo militar. Na Espanha, em 1981, um grupo golpista prendeu os parlamentares e o Primeiro-Ministro no Parlamento. O que fez o Rei? Convoçou todos os espanhóis a cerrarem fileiras em torno de si e salvou a democracia espanhola, abortando o golpe sem derramamento de sangue. Esta é a segurança que a monarquia nos dá. É essencialmente isto que justifica a adoção da monarquia entre nós. A garantia da estabilidade das instituições, e da manutenção da democracia e a subordinação das Forças Armadas ao poder civil: eis duas características de todas as monarquias que a nossa República nunca foi capaz de nos dar.

Atrevo-me a lembrar um trecho do discurso eleitoral de Rui Barbosa, o pai do presidencialismo, e tradutor da constituição, feita à imagem e semelhança da constituição norte-americana.

Assim ele falava em Juiz de Fora, em 1919:

“Ora, trinta anos há que o povo brasileiro se acha condenado a este regime (o da República presidencialista). Na monarquia havia vozes (...) Mas a nossa Revolução estabeleceu o silêncio. A República aferrolhou, trancou e chapeou a porta por onde entrara, não sei se para que por ela também não a pusessem, algum dia, no olho da rua”. E clamava, decepcionado, o já então republicano de 70 anos: “Com o governo parlamentar, as Câmaras Legislativas constituem uma escola. Com o presidencialismo, uma praça de negócios.”

Vamos repetir o erro?

Conclamo a todos para que tragamos nosso passado em socorro do nosso futuro. Vamos alinhar o Brasil entre os grandes países, e não entre os países grandes. Vamos abandonar o passado de golpes e avançar para o futuro glorioso do desenvolvimento e da paz interna. Temos a chance de mudar o Brasil: não a percamos.

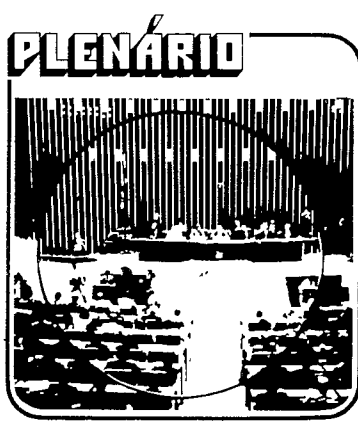
Vamo restaurar o nosso futuro.”



Sólton Borges dos Reis



Antônio de Jesus



Paulo Mincarone



Vítor Buaiz

A ameaça do desastre ecológico

A questão do meio ambiente e sua preservação voltou a dominar o plenário da Assembléia Nacional Constituinte. O principal condutor do debate foi o constituinte Vítor Buaiz, do PT do Espírito Santo. "Se existe um país em que o capitalismo deixa escandalosamente expostas as cicatrizes da barbárie, esse país é o Brasil. Esse capitalismo voraz, insaciável, regido pelo lucro, que vem transformando esse paraíso de rios, lagos, mares, florestas e animais, entristece todos aqueles que têm um mínimo de sensibilidade e consciência dos rumos que vem tomando o país nos últimos anos." Com estas considerações o parlamentar começou a sua exposição em que demonstrou os diversos desastres ecológicos, por enquanto em escala ainda regional, e seus efeitos.

A questão ambiental tem provado inquietações a todos os povos do mundo, tanto assim que, ainda na semana passada, esteve em Brasília a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU e que foi recebida pelos presidentes José Sarney e Ulysses Guimarães. Essa Comissão, segundo Vítor Buaiz, confirmou que na década de 70 o número de pessoas atingidas por catástrofes a cada ano dobrou em relação aos anos 60. Essas catástrofes, lembra o parlamentar capixaba, são principalmente secas e inundações que afetaram maior número de pessoas e as que mais se intensificaram em termos de vítimas em consequência da má administração do meio ambiente.

Para se ter uma idéia do prejuízo que o meio ambiente vem sofrendo anualmente, Vítor Buaiz citou que na atmosfera são lançados 300 milhões de toneladas de resíduos, tais como monóxido de carbono, entre outros resíduos produzidos pela combustão de materiais os mais diversos. Isso sem considerarmos a destruição da camada de ozônio e as chuvas ácidas, resultado do lançamento por chaminés de anidrido sulfuroso, óxidos de nitrogênio e ozônio.

ARAGUAIA

Outro parlamentar que manifestou sua preocupação com a deterioração do meio ambiente foi o constituinte Antônio de Jesus, do PMDB de Goiás. O parlamentar defendeu a imediata adoção de medidas destinadas a garantir a sobrevivência do rio Araguaia e do ecossistema que o cerca. Entre outras coisas, disse Antônio de Jesus, é necessário promover o reflorestamento das nascentes que o alimentam, fazer o levantamento da fauna e da flora da região, proi-

bir a pesca nas épocas de piracema e impedir a pesca de alevinos, principalmente do pirarucu.

O rio Araguaia, prosseguiu o parlamentar, apesar do seu gigantismo, está sendo destruído pelo garimpo predatório, pela pesca indiscriminada e pelo desmatamento criminoso das nascentes. Os metais pesados lançados nos rios pelos garimpeiros, acentuou Antônio de Jesus, estão envenenando as águas, destruindo a fauna e empobrecendo a região. Esse ciclo vicioso da destruição é que precisamos interromper, concluiu.

CAMPANHA

Juntamente com a questão ambiental outra preocupação foi manifestada pelo constituinte Raquel Cândido, do PFL de Rondônia. A parlamentar denunciou o desencadeamento de uma "campanha patrocinada pelas mineradoras multinacionais, com o objetivo de jogar brasileiros contra brasileiros", e que seria composta basicamente por reportagens veiculadas em dois jornais de circulação nacional, em que se procurava criar um clima de conspiração contra o país, através de uma autonomia das nações e terras indígenas.

A preocupação de Raquel Cândido é de que "as riquezas extraídas das entranhas do Brasil só contribuem para fomentar o progresso alheio, aumentando cada vez mais a diferença entre as comunidades prósperas do mundo desenvolvido e a população sofrida do pobre país rico chamado Brasil". Raquel Cândido considerou o subsolo da Amazônia, nesse caso, "o segmento pátrio mais exposto ao ataque dos grupos alienígenas, sempre coadjuvados pelos agentes infiltrados, cujo único interesse é transmigrar minérios brutos, pagando preços aviltados, fixados, diga-se de passagem, nas bolsas de mercadorias montadas nos países desenvolvidos do mundo".

Nesse sentido, Raquel Cândido manifestou sua estranheza pelo fato de a campanha desencadeada pelos dois periódicos coincidir com a semana de realização do congresso anual do Instituto Brasileiro de Mineração, IBRAM — em São Paulo. A parlamentar lembrou que um dos diretores do instituto havia prestado depoimento à Assembléia Nacional Constituinte em sua etapa inicial quando afirmou que era preciso "manter as regras do jogo, de modo a vir a obter e manter um clima favorável de investimento no setor". Raquel Cândido contestou essa afirmativa ressaltando que manter as regras do jogo significaria "coonestar o processo galo-

pante de desnacionalização do subsolo brasileiro, já em estágio adiantado, inclusive em regiões de fronteira, onde deveria ser proibida a presença de investimentos estrangeiros, segundo a lei, mas onde brasileiros servem aos interesses do capital estrangeiro".

CIMI

As denúncias contra o CIMI voltaram a plenário nas palavras do constituinte Nelson Aguiar, do PMDB do Espírito Santo. O parlamentar pediu aos constituintes Cardoso Alves (PMDB — SP) e Gerson Peres (PDS — PA) que insistam para que se constitua a comissão parlamentar de inquérito destinada a apurar, segundo denúncias de um jornal paulista, o envolvimento do CIMI — Conselho Indigenista Missionário — órgão da CNBB, com grupos multinacionais que exploram índios na Região Norte e querem uma soberania para as terras indígenas.

**Meio ambiente:
300 toneladas
de resíduos,
como monóxido
de carbono,
são lançados
anualmente
na atmosfera.
Isso sem se
falar na
destruição
da camada de
ozônio.**

Nelson Aguiar afirmou que reitera o pedido por solicitação do presidente da CNBB, dom Luciano Mendes de Almeida, para quem é imprescindível ouvir representantes do jornal, do CIMI e da própria Constituinte.

TERRA

A terra foi o tema do constituinte Amaury Muller, do PDT do Rio Grande do Sul. "Se de fato a Bíblia tem razão ao ensinar que a terra é de todos, cabendo ao homem tomá-la e transformá-la para o bem de todos, então não há como adiar a reforma agrária, se quisermos resolver o problema de doze milhões de brasileiros que perambulam pelas estradas, em busca de um inatingível pedaço de terra", afirmou o parlamentar gaúcho.

Amaury Muller lamentou o fato de que muitos políticos, à época das eleições, digam que são favoráveis à reforma agrária, mas, entre os discursos e a prática existe uma distância pronunciada". A seu ver, a Assembléia Nacional

Constituinte deve instituir a reforma agrária e, após publicado o texto constitucional, o Congresso Nacional deve promover uma revisão das vendas, doações e concessões de terras públicas feitas entre os anos de 1962 e 1987, fazendo o cancelamento de tais anos quando se tratar de propriedades com área superior a três mil hectares, que não apresentem rendimento.

PRISÃO

Já o respeito pelos bens públicos por parte do Ministério da Agricultura foi elogiado pelo constituinte Paulo Mincarone, do PMDB do Rio Grande do Sul. O parlamentar congratulou-se com o ministro interino, Lázaro Ferreira Barboza, pela providência de ordenar, pelo prazo de 90 dias, a prisão administrativa dos agricultores Luiz Turchetti e Antônio Turchetti. Segundo Paulo Mincarone, os dois apropriaram-se indevidamente, no estado do Mato Grosso, de seis mil toneladas de soja pertencentes aos estoques reguladores da Companhia de Financiamento da Produção.

Paulo Mincarone ressaltou, igualmente, a rapidez e a agilidade do ministro interino, "que, tendo recebido o relatório dando conta da irregularidade no dia 1º de setembro, comunicou, na mesma data, o fato à Polícia Federal, e, no dia seguinte, menos de 24 horas da ciência do crime, adotou medida cabível e exemplar", concluiu o parlamentar gaúcho.

TRIBUTAÇÃO

A preocupação do constituinte Sólton Borges dos Reis, PTB — SP, entretanto, foi com o atual sistema tributário nacional, que chamou de voraz, "onde a burla e o abuso convivem irmanamente". Para o parlamentar, a necessidade de tributação deve sempre partir da necessidade social do país, bem como atender a despesas e encargos, sem que com isso penalize excessivamente o cidadão. "A tributação deve estar a serviço do contribuinte, e não o contrário". A legitimidade, continuou ele, no campo fiscal existe na medida que o Estado se mostra responsável, e não arrecadando à revelia da participação popular na decisão não só de promover aumentos na tributação, como mesmo de criar "outras formas de confisco através de eufemismos, como o empréstimo compulsório, muito utilizado durante a edição do Plano Cruzado".

Como medida efetiva do controle do Estado no campo tributário, Sólton Borges dos Reis propôs que o sistema fiscal no país seja

fixado por legislação específica, que teria como objetivo principal uma repartição mais igualitária da taxa. Outro ponto importante para o parlamentar é o próprio controle dos gastos governamentais, que, no fim das contas, sai do bolso do contribuinte, bem como a contenção da emissão do papel-moeda como forma de assegurar o pagamento das contas do governo.

REGIME

O constituinte Paulo Marques (PFL — PE), por sua vez, mostrou-se favorável à instalação do sistema parlamentarista de governo no país após a edição da nova Carta, depois de relatar fatos que marcaram o sistema presidencialista em nosso país como "um regime prepotente de governo", o parlamentar afirmou que esse sistema foi "uma sementeira de caudilhismo, não sendo o parlamentarismo, por outro lado, uma fonte de governos instáveis, pois nas crises, ao invés de deposição ou suicídio de um presidente, ocorre uma simples queda de gabinete, substituído por outro pelas urnas".

Além disso, continuou Paulo Marques, o presidencialismo nos últimos vinte anos de regime militar também mostrou "a verdadeira face desse sistema típico, não apenas do Brasil mas da América Latina como um todo". Paulo Marques acrescentou igualmente que, se aprovado o parlamentarismo, o nome do senador Marco Maciel surge como "uma figura capaz de promover um pacto que afastará o país do atual impasse político, dentro de um regime moderno e participativo".

A defesa do sistema parlamentarista de governo e a crítica ao presidencialismo foram abordados também pela constituinte Dirceu Tutu Quadros. Ela acusou o presidencialismo de promover a centralização e o autoritarismo, e afirmou que, caso o país estivesse hoje vivendo dentro do sistema parlamentarista, pronunciamentos como o do ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, não existiriam, pois ele estaria sujeito ao voto de desconfiança do Parlamento, e dessa forma, com risco de ser exonerado.

A constituinte do PTB de São Paulo fez questão de reafirmar a importância das Forças Armadas como instituição permanente do país, mas reiterou a opinião de que elas não devem envolver-se na política, no controle da interpretação e formulação das leis. A interferência, concluiu Dirceu Tutu Quadros, nesses setores, significa o enfraquecimento da democracia.

SEGURANÇA

A pesar de assustadora, a situação já foi bem pior. Em 1984, por exemplo, 4% dos segurados da Previdência Social, equivalendo a mais de um milhão de trabalhadores, se acidentaram gravemente. Em 1972, esse percentual era 4 vezes maior, cerca de 18%, correspondendo a um milhão e 500 mil acidentes para uma população segurada de 8 milhões e 500 mil trabalhadores. De 70 a 75, os acidentes de trabalho cresceram de pouco mais de um milhão para quase 2 milhões.

De acordo com dados fornecidos pela Coordenadoria de Informática do INPS, a partir de 76 começou a diminuir o número de acidentes, mas ainda ocorreram 1 milhão e 700 mil, com 3.900 mortes. Em 1986, último dado oficial, houve 4.578 óbitos para um total de aproximadamente 22 milhões de trabalhadores segurados pela Previdência Social.

A situação convida à reflexão. O que está acontecendo? A falta de segurança das máquinas, as falhas nos equipamentos, nos sistemas de produção e transporte têm determinado a maioria dos acidentes fatais e as mutilações de caráter mais grave. Parece óbvio, portanto, que prevenir acidentes é muito mais importante e mais econômico do que esperar que eles aconteçam e depois tentar remediá-los. Medidas preventivas de infortúnios do trabalho — uma responsabilidade que cabe à engenharia de segurança — teriam como objetivo, entre outros, a eliminação ou neutralização de diversos tipos de riscos, tais como riscos da máquina, riscos de incêndio, da construção civil, do trabalho próximo a inflamáveis, explosivos e determinados setores de energia elétrica, a agressão dos ruídos e vibrações, a poluição do ar, a agressão do calor e da umidade e frio excessivos.

Aliás, o que se tem observado nesses últimos anos é que um outro aspecto tem caracterizado as negociações coletivas de trabalho, além das reivindicações salariais, que quase todos os postulados se situam dentro do campo da segurança e da higiene do próprio trabalho. Assim, os trabalhadores, já despertados para os perigos de sua atividade profissional, levam também à mesa de negociações exigências que dizem respeito à proteção de máquinas, educação contra acidentes, melhorias no ambiente do trabalho (luz, vibração, ruído, presença de gases tóxicos, arranjo físico, cor na segurança, armazenamento e transporte etc.) Em boa hora, eles se conscientizam de que é mais interessante, não só para eles como para os próprios empregadores e, em última análise, para toda a sociedade, investir na segurança e na higiene do que investir na tragédia e no infortúnio.

LEGISLAÇÃO

Cem anos depois que a Inglaterra (reconhecida pela OIT como o país que possui o melhor sistema de prevenção de acidentes do trabalho) aprovou a primeira lei trabalhista contemporânea (1819), o Brasil aprovava suas primeiras leis nesse campo que, embora não contemplassem ainda a prevenção, já enfocavam a questão do seguro de acidente do trabalho. O mal vem de longe: nós temos sempre a mania de investir na coi-



sa feita para tentar consertar ou minimizar, enquanto o bom senso das civilizações mais adiantadas investe nas possibilidades para que a coisa não aconteça. Em 1819, a Inglaterra concedia ao seu trabalhador uma legislação que lhe garantia condições de trabalho mais higiênicas, como iluminação, ventilação, WC, além da proibição do trabalho de menores de 9 anos e jornada de 12 horas para menores de dezesseis anos. Nossas primeiras normas específicas para prevenção dos infortúnios do trabalho vieram inseridas nas leis do trabalho feminino e do trabalho do menor, em 1932. Elas se referiam, entre outros itens, à eliminação ou neutralização dos riscos da atividade insalubre e perigosa. Os adicionais de insalubridade vieram seis anos depois, no bojo da primeira lei do salário mínimo. No ano seguinte, o Ministério do Trabalho expediu uma portaria estampando o primeiro quadro de atividades insalubres e explicitando normas para eliminação ou redução dos riscos.

A lei de acidentes do trabalho

de 1944 colocou a prevenção desses infortúnios sob a responsabilidade do Ministério do Trabalho e criou as CIPA, (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes), também vinculadas ao MTb. De lá para cá vieram as sucessivas conquistas legais dos adicionais de periculosidade, criação da Fundação para investigação, pesquisa e assistência à empresa visando à prevenção dos acidentes do trabalho, também vinculada ao MTb. A ampliação da competência do Ministério do Trabalho e a fixação de normas flexíveis e gerais e normas detalhadas quanto à interdição da empresa, estabelecimento ou equipamento, embargo de obras e a garantia contra despedida arbitrária dos empregados eleitos para as CIPA.

A par disso, o Brasil, como país

conveniado com a OIT, vem recebendo recomendações desse organismo internacional que, quando aprovadas pelo Congresso Nacional e sancionadas pelo Presidente da República, se transformam em obrigações trabalhistas na forma do direito internacional. Assim, para citar algumas dessas recomendações que se transformaram em convênios, lembraríamos o da proteção dos trabalhadores contra radiações ionizantes, o da proteção à maquinaria, o da higiene no comércio e nas indústrias, o do peso máximo que pode ser transportado por um trabalhador, o da proteção dos trabalhadores contra riscos profissionais devido à contaminação do ar, ruído e vibrações no local de trabalho, o da segurança e higiene nos trabalhos portuários e o da segurança e saúde dos trabalhadores e do meio ambiente do trabalho.

NA CONSTITUINTE

O texto constitucional até aqui elaborado trouxe uma novidade, que surpreendeu grande parte dos

constituintes, no art. 350: "A saúde ocupacional é parte integrante do Sistema Único de Saúde." Além do emprego desse termo novo "saúde ocupacional", o dispositivo constitucional transfere as atribuições tradicionalmente afetadas ao Ministério do Trabalho quanto à segurança e higiene do trabalho para a competência do Ministério da Saúde. Daí a reação que logo motivou a apresentação de inúmeras emendas desfazendo o que muitos constituintes consideram "um lamentável equívoco". Nada menos que 34 parlamentares se apressaram em eliminar a novidade que, segundo acreditam, traria uma série de transtornos e dificuldades à vida do trabalhador, sobretudo, no tocante ao capítulo da fiscalização e dos dissídios coletivos. Assim, do PFL, tomaram a iniciativa os constituintes: Arnaldo Prieto (RS), Fausto Rocha (SP), Stélio Dias (ES), José Lins (CE), Eraldo Tinoco (BA), Victor Fontana (SC), Cláudio Ávila (SC) Maluly Neto (SP) e Mendes Thame (SP); do

Riscos e tropeços

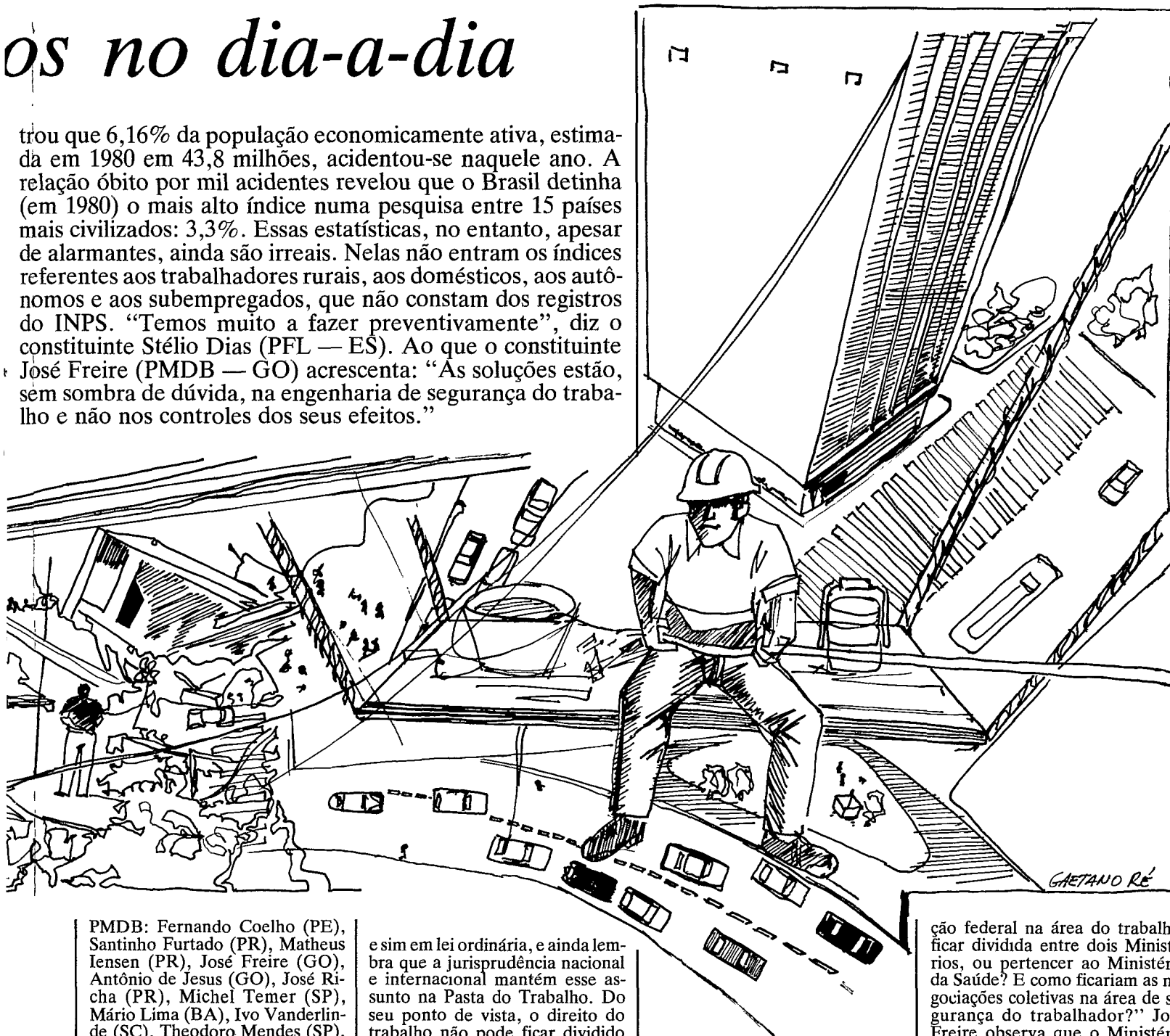
De duas em duas horas um trabalhador brasileiro morre vítima de acidente de trabalho. São 12 mortos por dia, quase 5 mil por ano. A cada 32 segundos, entretanto, um trabalhador é vitimado num acidente de trabalho, com gravidade, o que significa 3 mil acidentes de trabalho, no País, por dia. O número de mortes representa cerca de 0,5% dos quase um milhão de acidentes que ocorrem anualmente no Brasil. Afora o lado trágico, afetivo e humano da questão, representam mais: uma despesa extra para a Previdência Social, que é paga por todos nós, de Cz\$ 4.600.000.000. Isto mesmo, quatro bilhões e seiscentos milhões de cruzados! para pagamento de benefícios aos acidentados, somente este ano.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) mos-

DO TRABALHO

os no dia-a-dia

trou que 6,16% da população economicamente ativa, estimada em 1980 em 43,8 milhões, acidentou-se naquele ano. A relação óbito por mil acidentes revelou que o Brasil detinha (em 1980) o mais alto índice numa pesquisa entre 15 países mais civilizados: 3,3%. Essas estatísticas, no entanto, apesar de alarmantes, ainda são irreais. Nelas não entram os índices referentes aos trabalhadores rurais, aos domésticos, aos autônomos e aos subempregados, que não constam dos registros do INPS. “Temos muito a fazer preventivamente”, diz o constituinte Stélio Dias (PFL — ES). Ao que o constituinte José Freire (PMDB — GO) acrescenta: “As soluções estão, sem sombra de dúvida, na engenharia de segurança do trabalho e não nos controles dos seus efeitos.”



PMDB: Fernando Coelho (PE), Santinho Furtado (PR), Matheus Iensen (PR), José Freire (GO), Antônio de Jesus (GO), José Richa (PR), Michel Temer (SP), Mário Lima (BA), Ivo Vanderlinde (SC), Theodoro Mendes (SP), Rachid Saldanha Derzi (MS), Luís Roberto Ponte (RS), Ronan Tito (MG), Joaquim Sucena (MT), Marcos Lima (MG), Alfredo Campos (MG) e José Ignácio Ferreira (ES); do PDT: Bocayuva Cunha (RJ); do PDC: Siqueira Campos (GO); do PTB: Farabullini Júnior (SP); e do PDS: Darcy Pozza (RS); Antônio Carlos Konder Reis (SC), Gerson Peres (PA), Cunha Bueno (SP) e Antônio Salim Curiati (SP).

A emenda apresentada pelo constituinte Stélio Dias, sob o número 9.808, por exemplo, determina a supressão integral do art. 350 do Projeto de Constituição da Comissão de Sistematização, da seção I, da Saúde. Em sua justificativa, o representante do Espírito Santo afirma que essa matéria não deve ser tratada na Carta Magna

e sim em lei ordinária, e ainda lembra que a jurisprudência nacional e internacional mantém esse assunto na Pasta do Trabalho. Do seu ponto de vista, o direito do trabalho não pode ficar dividido entre dois Ministérios, além do que o termo “saúde ocupacional” não lhe parece abrangente e sim, parte de um sistema denominado “segurança e higiene do trabalho”.

Para Stélio Dias, a supressão desse dispositivo que trata de “saúde ocupacional” vem atender aos interesses do trabalhador brasileiro, “pois o referido artigo viola a tradição nacional e universal de que as relações e condições no trabalho são, e sempre foram, pertinentes ao Ministério do Trabalho e não ao Ministério da Saúde”. Segundo o parlamentar capixaba, “tratar desse assunto na Carta Magna é intervencionismo indevido, tirânico e de índole cartorial”.

Quanto ao emprego do termo “saúde ocupacional”, Stélio Dias

explica a razão do seu repúdio: “saúde ocupacional é uma denominação confusa no Brasil, é de origem inglesa e em nossa língua quer dizer: “saúde nas atividades de trabalho”. As condições de trabalho é que vão determinar se há riscos ou não à integridade física do trabalhador. Quem cuida dessa matéria no Brasil sempre foi o Ministério do Trabalho que, além de outras atribuições, zela pela segurança e demais direitos do trabalhador.

Nesse ponto, o constituinte José Freire enfatiza as dificuldades que essa dicotomia de competência poderia trazer para o trabalhador: “Como — indaga o representante peemedebista — pode a fiscaliza-

ção federal na área do trabalho, ficar dividida entre dois Ministérios, ou pertencer ao Ministério da Saúde? E como ficariam as negociações coletivas na área de segurança do trabalhador?” José Freire observa que o Ministério da Saúde cuida da saúde pública, ou seja, pratica a medicina preventiva. Mas, nos processos produtivos e no sistema de trabalho, cabe ao Ministério do Trabalho ação fiscalizadora e normatizadora em todos os segmentos: engenharia de segurança, higiene, medicina do trabalho, férias, salário, identificação e duração do trabalho. Se a fiscalização permanece no Ministério do Trabalho, de onde devem emanar as normas regulamentadoras de proteção e segurança do trabalhador, fica óbvia a necessidade de manutenção desse serviço naquele Ministério e não passá-lo para o Ministério da Saúde, onde provocaria conflito de jurisdição, com reais prejuízos à integridade física do trabalhador.

O representante do PMDB de

Goiás chama a atenção para o fato de que “essa é a tradição do direito do trabalhador, conquistada em 1944, com a criação da CIPA — Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, e está registrada nos anais da história do trabalhador brasileiro”. Para ele, o artigo que pretende suprimir é incoerente, não tem lógica, não atende ao interesse nacional, nem se ajusta à atual política de segurança do trabalhador. “As relações capital/trabalho são universalmente pertinentes ao Ministério do Trabalho”, enfatiza José Freire, para acrescentar que “é a Organização Internacional do Trabalho (OIT) o fórum dessa matéria, e não a Organização Mundial da Saúde. O Sistema Único de Saúde é voltado à saúde pública mas não deve intervir nos meios produtivos, pois aí o fator principal é a causa dos riscos, isto é, a prevenção de acidentes de trabalho, que deve continuar sendo de responsabilidade única do Ministério do Trabalho.”

A permanência da administração e fiscalização da segurança e higiene do trabalho no Ministério do Trabalho vem movimentando uma grande massa de trabalhadores que, através de seus órgãos de classe, defendem essa pretensão junto ao Congresso constituinte. Assim, 1.200 sindicatos dos trabalhadores na indústria, 65 federações dos trabalhadores na indústria, totalizando 10 milhões de trabalhadores, sob a jurisdição da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, já se dirigiram aos constituintes, pedindo-lhes para rever essa nova postura do texto constitucional, que, em sua opinião, distorce a matéria. Entre outras entidades, assinaram documento neste sentido a CNTC (Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio), CONTEC (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito), CNTTT (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres), CONT-COP (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Comunicação e Publicidade), CNEC (Confederação Nacional de Educação e Cultura), ANEST (Associação Nacional de Engenharia de Segurança do Trabalho, que congrega 20 mil engenheiros de segurança do trabalho), APEMSO (Associação Paulista de Engenheiros e Médicos em Saúde Ocupacional, representando 1.300 filiados) e ANSET, (Associação Nacional dos Técnicos de Segurança do Trabalho), integrada por 50 mil técnicos de segurança do trabalho nas associações profissionais dos técnicos de segurança do trabalho dos Estados de Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Goiás, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Piauí, Rio de Janeiro, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe e do Distrito Federal.

Maria Valdira

Partidos: 50 anos de defasagem

Em entrevista exclusiva ao **Jornal da Constituinte**, o Constituinte Expedito Machado (PMDB—CE) defendeu um novo modelo organizacional para os partidos políticos, argumentando que a estrutura atual “foi concebida há cerca de pelo menos meio século, quando as bancadas tinham 30 ou 40 parlamentares”.

Segundo Expedito Machado, que é o coordenador do Centro Democrático, grupo de parlamentares do PMDB, a insatisfação dos constituintes deveria ser processada através dos partidos, “que são os instrumentos entre a sociedade e o poder”, mas, ao contrário, ela tem sido manifestada por grupos e blocos, que se formam todos os dias, com as mais diversas

tendências. A explicação, de acordo com o parlamentar, se deve ao fato de estar ultrapassada a estrutura dos partidos.

Defensor da negociação, Machado acredita que o texto constitucional a ser elaborado “não deverá sair da manipulação de grupos, mas refletir um consenso, um ponto de vista de grande parte, ou senão de toda a Assembléia Nacional Constituinte, a fim de que ele, na verdade, seja legítimo e autêntico”.

Lembra Machado que, apesar do esforço e do interesse demonstrado pelos constituintes, os mecanismos colocados à sua disposição para viabilizar, o mais rapidamente possível, a nova Carta não foram os mais adequados. Ele está hoje convencido de que

um projeto preliminar, que servisse de base para o início dos trabalhos, seria um mecanismo para se começar o estudo, “até porque se teria alguma coisa para discutir”. E salienta: “Nós começamos do zero, começamos no nada. Não tínhamos sequer o Regimento Interno, não sabíamos nem como começar os nossos trabalhos. As dificuldades foram enormes e creio que a História fará justiça aos constituintes de 1987”.

Expedito Machado diz ainda, mesmo tendo às vezes o receio de que a nova Constituição possa frustrar a sociedade brasileira, acreditar que com desprendimentos e compreensão haverá uma grande negociação e aí “não tenha dúvida de que um bom texto surgirá”.

JC — Inicialmente, gostaríamos que o deputado fizesse uma avaliação geral desses sete meses de trabalho da Constituinte quanto aos seus resultados e métodos.

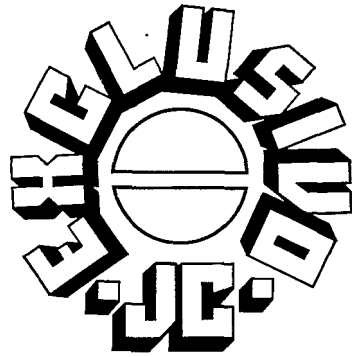
Expedito Machado — A idéia que fazemos dos primeiros meses de trabalho da Assembléia Nacional Constituinte é, em termos de desempenho, de esforço, do interesse demonstrado pelos constituintes, extremamente favorável. Mas, na verdade, os mecanismos que foram colocados nas mãos dos constituintes para que eles pudessem viabilizar, no mais curto espaço de tempo, o estudo sobre matéria tão relevante, realmente, não foram os mais adequados. Razão por que se levássemos em conta o que disse inicialmente, que é o desejo, o empenho dos constituintes para encontrar um resultado satisfatório, certamente que já teria sido encontrado. Mas, por falta dos mecanismos adequados, as coisas ainda se encontram no pé que estão.

JC — Um desses mecanismos seria um projeto preliminar?

Expedito Machado — Hoje estou convencido de que esse projeto preliminar seria, seguramente, um mecanismo mais adequado para se começar o estudo, até porque se teria alguma coisa para discutir. Nós começamos do zero, começamos do nada. Não tínhamos sequer o Regimento Interno, não sabíamos nem como começar os nossos trabalhos. As dificuldades foram enormes e creio que a História fará justiça aos constituintes de 1987.

JC — O deputado, que se tem empenhado pela negociação, qual o caminho para o entendimento?

Expedito Machado — Creio que estivemos muito distantes no que diz respeito a negociação. Mas hoje creio que estamos muito próximos a encontrar um resultado que, certamente, encontrará um texto que corresponda à grande maioria do povo brasileiro, eu poderia dizer até um consenso. Retomando, eu diria, sinceramente, que não há outro caminho viável nos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte sem uma negociação. Até porque está na consciência de todos os constituintes que o texto a ser elaborado, ao final, não deverá sair da manipulação ou do interesse de grupos, mas deverá refletir um consenso, um ponto de vista de grande parte, ou senão, de toda Assembléia Nacional Constituinte, a fim de que ele, na verdade, seja legítimo, autêntico. E essa legitimidade e essa autenti-



cidade só as encontraremos se for promovida uma ampla negociação, que é isso que o Centro Democrático vem pregando, defendendo e sustentando, a um curso de todo instante.

JC — Dos pontos polêmicos, como sistema de governo, entre outros, o deputado acha que será possível haver um consenso anterior à votação em Plenário?

Expedito Machado — Eu não diria que acho, mas estamos lutando para que isso ocorra dentro da mesma ordem de consideração que defendemos. Ressaltaria que o tema mais polêmico encontrado na Assembléia Nacional Constituinte é o sistema de governo. Na medida em que, para o sistema de governo, possa ser encontrado um texto que atenda grande parcela daqueles que fazem a Assembléia Nacional Constituinte, eu ousaria dizer que, a partir desse instante, todos os demais problemas serão equacionados e solucionados com muita facilidade.

JC — O deputado crê que vai a voto em Plenário muito pouca coisa?

Expedito Machado — Acredito que esta Casa não é uma Casa técnica, é uma Casa política, e política é conversa. E até já dizia, creio que João Mangabeira, que conversa de político é como conversa de namorado, não acaba nunca. Então, na verdade, há um clima muito satisfatório para uma ampla conversa e uma grande negociação. E creio que estamos marchando por isto. Daí por que eu acreditar que ainda pode ser encontrado um texto que corresponda aos anseios de grande parcela da sociedade brasileira.

JC — Esses blocos que se estão formando não seriam embriões de futuros partidos?

Expedito Machado — Não, a minha maneira de raciocinar sobre essa matéria hoje, através de uma meditação muito profunda, me leva a outras conclusões. No prin-

Adirp/Castro Júnior



Machado: o Centro Democrático defende uma ampla negociação

O que defendo hoje, neste momento histórico, é que seja encontrado um modelo, nem parlamentar, nem presidencial, que possa corresponder às necessidades de um País como o nosso.

cípio imaginei que isso seria um embrião de um outro partido. De qualquer forma é uma manifestação expressiva de segmentos importantes, porque envolvem personalidades ilustres dentro da Assembléia Nacional Constituinte, mostrando alguma coisa que não está certa, porque o normal é que essas insatisfações ou que esses pronunciamentos se fizessem através do partido, que são os instrumentos entre a sociedade e o poder. Mas, na verdade, elas estão se processando em grupos que se formam todos os dias, os mais variados e com as tendências mais diversas. Então alguma coisa deve estar errada. Depois de muito meditar sobre essa matéria cheguei à conclusão, pelo menos no âmbito do PMDB, que não é diferente dos outros, de que o modelo que temos organizacional é que está

inteiramente ultrapassado. O modelo organizacional do PMDB, que é essa estrutura que aí está, foi concebido há cerca de pelo menos meio século, quando as bancadas tinham 30, 40 parlamentares. Hoje, evidentemente, isso cresceu muito. A bancada do PMDB é composta de 305 constituintes. Ora, um modelo que foi concebido há mais de meio século para uma bancada de 40 é muito diferente. Tem de ser encontrado um novo modelo para que os partidos possam se conduzir diante desse quadro que aí está. Inicialmente combatíamos o Presidente Ulysses Guimarães pelo seu centralismo, eu até diria que os primeiros passos que demos, ao voltar à Assembléia Nacional Constituinte, foi exatamente contra o constituinte Ulysses Guimarães. Hoje o Centro apóia o presidente Ulysses Guimarães. O Centro tudo fará para que as lideranças formais possam cumprir o seu dever. Vamos ajudá-los a cumprirem o dever, porque verificamos que eles não são responsáveis, o modelo é que é responsável por tudo isto.

JC — Não é o momento de uma atuação mais firme das lideranças e das presidências dos partidos?

Expedito Machado — Concordo inteiramente. Agora, o que temos é de atentar para esse fato que é da maior relevância. O modelo de organização dos partidos está inteiramente ultrapassado. Temos de arranjar algo que possa administrar não uma bancada de trinta ou quarenta parlamentares, mas de trezentos e cinco.

JC — Após a promulgação, o deputado acredita na possibilidade de um plebiscito ou um referendo para determinados pontos ou para toda a Constituição?

Expedito Machado — Não, creio que essa matéria não está ainda na consciência de todos os parlamentares. Até porque não temos nenhuma matéria. Fomos eleitos para elaborar uma Constituição. Então, se fomos eleitos, não há por que cogitar-se de devolver àqueles que nos deram esse mandato para que resolvam. Até porque a experiência que temos de referendo não é muito alentadora.

JC — Em matéria de sistema de governo e duração de mandato, qual a sua posição?

Expedito Machado — Tenho, historicamente, muita simpatia pelo sistema parlamentar de Governo, mas evidentemente, antes

de teorizar, vamos à política. Política é a arte do possível, é a arte de minimizar o conflito da sociedade. Então o que defendo hoje, neste momento histórico, é que seja encontrado um modelo, nem parlamentarista, nem presidencialista, que possa corresponder às necessidades de um País como o nosso.

JC — Um presidencialismo mitigado?

Expedito Machado — Não quero adjetivar, prefiro ficar na parte substantiva. Na verdade, o que precisamos é encontrar um modelo, porque o presidencialismo que estamos praticando hoje encontra uma resistência no Congresso Nacional e, talvez, não seja o mais adequado, até porque ele sofreu algumas deturpações ao curso desses vinte anos de exceção. E o Legislativo também ficou muito enfraquecido. Temos que encontrar um meio termo, temos que afastar as nossas paixões e vaidades e encontrar um texto que seja aquilo que possa levar o nosso País a um destino glorioso, que todos esperamos.

JC — O deputado é otimista em relação ao texto final?

Expedito Machado — Sou otimista. Evidentemente que ele não vai ser o que a sociedade esperava. Uma grande parcela da sociedade brasileira imaginava que com a nova Constituição, um novo contrato social, todos os problemas seriam resolvidos, o que não é verdade. O que precisamos é chegar ao institucionalismo no País. Fazendo isso, sairemos da transição para um sistema democrático pleno, que é o desejo maior de todos os brasileiros. Acredito que todos os graves problemas e os grandes desafios que se colocam para nós só serão superados na medida em que possamos resolvê-los democraticamente numa sociedade aberta como a nossa.

JC — Gostaríamos de ouvir a sua opinião sobre a reforma agrária, o que o constituinte acha que vai acontecer?

Expedito Machado — A reforma agrária é um dos temas que têm sido destacados na Assembleia Nacional Constituinte muito apaixonadamente. E o entendimento com relação a ela é muito mais fruto das paixões que desperta do que o interesse de resolver o grave problema social. Nós do Centro entendemos que reforma agrária é um determinismo histórico. Até diríamos que a iniciativa da reforma agrária deveria partir do sistema capitalista e não ser uma reivindicação dos sem-terra. Imagino que a negociação mais difícil é em relação à reforma agrária.

JC — Como vê a questão da reforma tributária, principalmente em relação ao Nordeste?

Expedito Machado — Defendo e sustento que há um desequilíbrio regional muito grande. Acredito que isso não é bom para o País nem para o Nordeste. Somos 1/3 (um terço) da população do Brasil e 1/3 (um terço) da população mais pobre e mais faminta e diria ainda, mais desassistida. Temos que fazer ver às autoridades, aos nossos colegas de representação, que deixar o Nordeste como se encontra não é o mais indicado para que

nosso País cresça e desenvolva. Acho que um tratamento melhor é uma medida que se impõe.

JC — Dentro da Constituição?

Expedito Machado — Deve ser feito dentro da Constituição. Isso já aconteceu na Constituição de 1946, que obrigava o governo central a aplicar pelo menos 3% (três por cento) da Receita Tributária da União e mais 0,7% para o fundo. Mandava que 3% (três por cento) da Receita Tributária da União fosse aplicado obrigatoriamente em obras e na região Nordeste do Brasil. Evidentemente que tudo teria que ser reformulado a fim de que esses destaques que são feitos para o Nordeste tivessem, hoje, a orientação diferente daquela que foi aplicada. Não tenho elementos maiores para dizer se no campo ou na cidade, mais no econômico que no social, mas de qualquer forma teria que ser um tema que satisfizesse os anseios gerais.

JC — E as prerrogativas do Congresso Nacional?

Expedito Machado — Teria que ser uma restauração plena e completa, porque o Parlamento...

JC — Inclusive legislando em matéria financeira?

Expedito Machado — Legislando como ocorre em todos os países

blico é o pior administrador que existe. As coisas se passam muito diferentemente do que na iniciativa privada. Sou extremamente favorável à livre iniciativa. Acho que o Estado deveria sair e privatizar o mais que pudesse, porque seria melhor para o Estado e para o País.

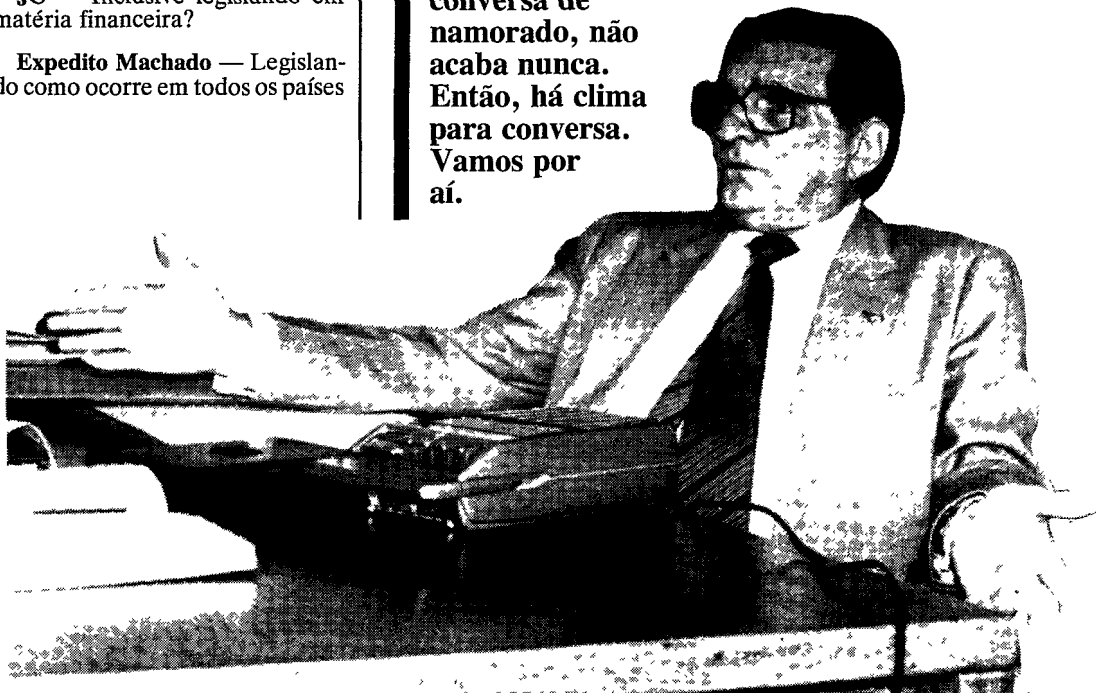
JC — Sem exceções?

Expedito Machado — Há setores da vida pública que pelo seu problema estratégico, por assunto de natureza de segurança só pode ser explorado pelo Estado, mas a grande maioria poderia deixar.

JC — Quais?

Expedito Machado — Petróleo. Certamente já tivemos essa luta na nossa mocidade. O petróleo é realmente um setor muito flexível e não pode deixar de ser explorado pelo próprio Estado. Hoje há se-

Já dizia, creio que João Mangabeira, que conversa de político é como conversa de namorado, não acaba nunca. Então, há clima para conversa. Vamos por aí.



do mundo. O Parlamento Nacional é sempre a voz do povo e é sempre aquele que está mais próximo das aspirações populares. Um Congresso mutilado é um remédio de Congresso, é um remédio de representação popular. Não obstante, temos um modelo bicameral, com a representação do Estado e a representação política, mas de qualquer forma acho que a representação popular e os anseios populares estão melhor assistidos no Congresso Nacional. Um Congresso pleno de todos os seus poderes é uma segurança para a democracia e para o atendimento da reivindicação mais sentida do povo.

JC — Como o deputado vê a intervenção do Estado na economia?

Expedito Machado — Defendo ardorosamente a livre iniciativa, sou um homem da livre iniciativa e defendo que isso seja praticado em todas as nações, até porque, embora eu seja da iniciativa privada, já estive no Poder Executivo dirigindo uma grande Pasta. Então acho que o administrador pú-

tores, como o de armamento e outros, pelos quais a iniciativa privada não tem interesse e somente o Estado deve explorá-los. Mas, talvez, 60% (sessenta por cento) do que ele hoje está explorando, ele poderia deixar, sem deixar saudades.

JC — Como o deputado analisa o Centro Democrático?

Expedito Machado — O Centro Democrático é um movimento surgido dentro do PMDB. Talvez tenha sido necessário na medida em que compreendemos que grande parcela da representação popular na Assembleia Nacional Constituinte não tinha nenhuma participação nas ações e nas decisões que eram tomadas. E surgiu o Centro Democrático, que hoje se conforma perfeitamente dentro do PMDB, para prestigiar as lideranças do partido e ajudar a fortalecê-lo pelo grande papel histórico, que é o de viabilizar a transição. O Centro Democrático é um movimento de centro. Nem está na esquerda nem na direita. Creio que hoje o movimento tem grande penetração fora da Assembleia

Nacional Constituinte, até porque é uma opção para o povo brasileiro ter um referencial em que ele possa se abrigar, porque ele se propõe a ocupar um espaço que representa majoritariamente o povo brasileiro. A grande maioria do povo brasileiro nem é de esquerda nem de direita; é de centro. E este é o espaço que desejamos ocupar.

JC — Dizem que o PMDB é uma grande frente, heterogênea, mas que, nos momentos de decisão final atua de forma coesa...

Expedito Machado — Eu hoje não diria que o PMDB é uma grande frente e, sim, uma federação. É uma federação que abriga no seu centro as mais variadas e extremadas tendências, tanto de esquerda, como de direita. E essa federação, evidentemente, tem de encontrar um modelo administrativo, como eu me referi inicialmente. Concorro que o PMDB é uma federação. Abriga no seu seio as mais diferentes correntes de

mos em Plenário. Esse trabalho que está sendo feito aqui não poderia ser, então, realizado. Fazendo o quê? Sendo doutrinado? Não empresto ao trabalho de Plenário a mesma importância que grande segmento da imprensa empresta. Nós devíamos ficar com a liberdade, sobretudo com o apoio da imprensa, para realizarmos nossos trabalhos de gabinete, nossas reuniões em comissões. Sairmos daqui e irmos para nossos Estados bem como os dos outros companheiros, para conhecermos uma realidade brasileira que a grande maioria dos constituintes não conhece. O trabalho feito lá fora, nas comissões e aqui nos gabinetes é tão mais importante do que o de Plenário. Agora, na votação, devemos todos estar presentes.

JC — Carta sintética ou analítica?

Expedito Machado — A verdade é que a Carta constitucional deveria ser para o futuro e não para nós. É uma Carta que está com o alvorecer. Ela é o próprio alvorecer, é uma alvorada da nova sociedade brasileira e deveria ser a mais duradoura que se possa imaginar, a exemplo do que ocorre em outros países mais desenvolvidos e com maior experiência democrática do que o Brasil. Agora, evidentemente penso que quanto mais sintética for, mais duradoura ela será. Se for analítica, certamente dentro de pouco tempo começará a ser emendada e poderá até criar problemas institucionais insuperáveis.

JC — Acredita que a Constituição será promulgada a 15 de novembro?

Expedito Machado — Se houver uma boa negociação, como estou acreditando... Há um clima de entendimento dentro da Assembleia Nacional Constituinte, nós sentimos, é palpável, e isso é muito bom e entusiasmo a todos nós. Acredito que se esses pensamentos se viabilizarem e se concretizarem, certamente nós teremos, e teremos uma boa Carta, que irá contrariar inclusive o pensamento daqueles que estavam pessimistas quanto ao resultado.

JC — E quem são os pessimistas?

Expedito Machado — Não há dúvida que existem pessoas que preferiam que ela não saísse. Na sociedade tem de tudo. Mas a grande esmagadora maioria do povo brasileiro espera muito desta Constituição. Creio que se depender do esforço, da dedicação, do trabalho e do patriotismo dos atuais constituintes sairá uma grande Carta. E a História fará justiça.

JC — O deputado às vezes não se aflige com a idéia de que a nova Carta possa frustrar a sociedade brasileira?

Expedito Machado — Temos esse receio. Às vezes amanhecemos o dia com baixo astral e é extremamente por estarmos temerosos de que isso possa acontecer. Mas acreditamos que Deus possa nos inspirar, que de um pouco das nossas vaidades haja despreendimento, compreensão, para que haja uma grande negociação. E, havendo uma grande negociação, não tenha dúvida de que um bom texto surgirá.

Um povo e nossa memória estão em jogo

Os primeiros habitantes do Brasil, os índios, são, hoje, algo em torno de 200 mil indivíduos, numa população de, talvez, 140 milhões de pessoas. Em geral, separa-se o índio do homem branco, aí se esquecendo, também, que este país é formado por um contingente enorme de negros. Se os negros são confundidos com "minorias", os índios realmente são, hoje, minoria minoritária. Por isso mesmo é importantíssimo que lhes seja permitido preservar sua cultura, sua identidade. Acabar com os índios não é apenas a consumação de um genocídio, é sepultar a memória da Nação. Ailton Krenak, um índio, defendeu da tribuna esse pensamento, com outras palavras. A seguir, a íntegra de seu discurso.

Ailton Krenak — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, eu, com a responsabilidade de, nesta ocasião, fazer a defesa de uma proposta das populações indígenas à Assembléia Nacional Constituinte, havia decidido, inicialmente, não fazer uso da palavra, mas de utilizar parte do tempo que me é garantido para defesa de nossa proposta numa manifestação de cultura com o significado de indignação — e que pode expressar também luto — pelas insistentes agressões que o povo indígena tem indiretamente sofrido pela falsa polêmica que se estabeleceu em torno dos direitos fundamentais do povo indígena e que, embora não estejam sendo colocados diretamente contra o povo indígena, visam atingir gravemente os direitos fundamentais de nosso povo.

Não estamos chegando agora a esta Casa. Tivemos a honra de, desde a instalação dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, ser convidado a participar dos trabalhos na Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias. Essa Subcomissão teve a competência de tratar da questão indígena e, mais tarde, tivemos também a oportunidade de participar da instalação dos trabalhos da Comissão da Ordem Social.

Ao longo desse período, a seriedade com que trabalhamos e a reciprocidade de muitos dos Srs. Constituintes permitiram a construção, a elaboração de um texto que provavelmente tenha sido o mais avançado que este país já produziu com relação aos direitos do povo indígena. Esse texto procurou apontar para aquilo que é de mais essencial para garantir a vida do povo indígena. E muitas das pessoas estiveram envolvidas nesse processo de discussão aqui, na Assembléia Nacional Constituinte, se sensibilizaram a ponto de levar além dos limites das paredes desta Casa o trabalho relativo aos direitos indígenas, como foi na visita à área dos índios Caiapós, no Gorotire. Ouvindo ali, e tirando a impressão dos índios que estavam na aldeia acerca do que sentem, do que desejam para si, das inquietações que nós indígenas colocamos no sentido de ter um futuro, no sentido de ter uma perspectiva. Assegurar para as populações indígenas o reconhecimento aos seus direitos originários às ter-

Os índios manifestam confiança num texto avançado que não confunda mais economia e exploração com nacionalidade, cultura e liberdade

ras em que habitam — e atentem bem para o que digo. Não estamos reivindicando nem reclamando qualquer parte de nada que nos cabe legitimamente e de que não esteja sob os pés do povo indígena, sob o *habitat*, nas áreas de ocupação cultural, histórica e tradicional do povo indígena. Assegurar isso, reconhecer das populações indígenas as suas formas de manifestar a sua cultura, a sua tradição, se colocam como condições fundamentais para que o povo indígena estabeleça relações harmoniosas com a sociedade nacional, para que haja realmente uma perspectiva de futuro de vida para o povo indígena, e não de uma ameaça permanente e incessante.

Os trabalhos que foram feitos até resultar no primeiro anteprojeto da Constituinte significaram lançar uma luz na estupidez e no breu que tem sido a relação histórica do Estado com as sociedades indígenas. Avançou no sentido de avançar a perspectiva de um futuro para o povo indígena.

E, neste momento, insisto, eu havia optado mesmo por estar aqui e à semelhança da manifestação de luto pela perda, seja de um parente, seja da solidariedade, seja de um amigo e, sobretudo, pela perda de um respeito do nosso trabalho aqui dentro construído, do respeito que tivemos para com esta Casa e que pudemos identificar também nas pessoas que se sensibilizaram com esta questão. Queremos manifestar a nossa indignação com os ataques que estamos sofrendo e alertar esta Casa de que ainda somos os in-

ADIRP/Benedita Passos



Ailton Krenak: o apelo de uma minoria em defesa do povo e da rica cultura que desconhecemos

terlocutores dos Srs., e que não confundam uma eventual campanha e possíveis agressões ao povo indígena, com polêmicas que são construídas à nossa revelia.

Os Srs. sabem, V. Ex^{as} sabem que o povo indígena está muito distante de poder influenciar a maneira que estão sugerindo os destinos do Brasil. Pelo contrário. Somos talvez a parcela mais frágil nesse processo de luta de interesses que tem se manifestado extremamente brutal, extremamente desrespeitoso, extremamente atático. Espero não agredir, com a minha manifestação, o protocolo desta Casa. Mas, acredito que os Srs. não poderão ficar omissos. Os Srs. não terão como ficar alheios a mais esta agressão movida pelo poder econômico, pela ganância, pela ignorância do que significa

ser um povo indígena. (Krenak inicia processo de caracterização — pintura facial.)

O povo indígena tem um jeito de pensar, tem um jeito de viver, tem condições fundamentais para a sua existência e para a manifestação da sua tradição, da sua vida, da sua cultura, que não coloca em risco e nunca colocaram a existência, sequer, dos animais que vivem ao redor das áreas indígenas, quanto mais de outros seres humanos. Creio que nenhum dos Senhores poderia jamais apontar atos, atitudes da gente indígena do Brasil que colocaram em risco, seja a vida, seja o patrimônio de qualquer pessoa, de qualquer grupo humano neste País. Hoje somos alvo de uma agressão que pretende atingir, na essência, a nossa fé, a nossa confiança. Ainda existe dignidade, ainda é possível cons-

truir uma sociedade que saiba respeitar os mais fracos, que saiba respeitar aqueles que não têm dinheiro, mas mesmo assim mantêm uma campanha incessante de difamação. Um povo que sempre viveu à revelia de todas as riquezas, um povo que habita casas cobertas de palha, que dorme em esteiras no chão, não deve ser, de forma nenhuma, contra os interesses do Brasil nem coloca em risco qualquer desenvolvimento. O povo indígena tem regado com sangue cada hectare dos oito milhões de quilômetros quadrados do Brasil. V. Ex^{as} são testemunhas disso.

Agradeço à Presidência, aos Srs. Constituintes e espero não ter agredido com as minhas palavras os sentimentos dos presentes neste plenário. Obrigado. (Palmas prolongadas. O orador é cumprimentado.)

É novo, é inédito e tem apoio!

Mais de quinhentos constituintes, vinte e quatro subcomissões, oito comissões temáticas, Comissão de Sistematização, emendas em várias fases, oportunidade de apresentação e defesa de emendas populares, publicações, prazos rígidos e fatais! Como montar uma estrutura de apoio para garantir o trabalho de uma Assembleia Nacional Constituinte, eleita pelo povo para fazer a Constituição com que o Brasil certamente vai entrar no ano dois mil?

Foi esse o desafio que a Câmara dos Deputados e o Senado Federal tiveram de enfrentar, sabendo que ambos possuíam inúmeras experiências de atividades legislativas extraordinárias, até mesmo de uma Constituinte Congressional, como foi a de 1967. Jamais, porém, a de uma Assembleia Constituinte inovadora, inédita, como a atual, em que a tônica é a participação popular, a representação direta da comunidade, junto com o trabalho dos constituintes eleitos.

Toda a estrutura legislativa, de pessoal e administrativa, da Câmara e do Senado, está a serviço da Constituinte, sem prejuízo das atividades normais e peculiares de cada Casa.

Mas, para responder, e bem, ao desafio de se criar um apoio exclusivo, capaz de proporcionar aos constituintes os serviços requeridos a tempo e hora, na parte da Câmara, o Secretário-Geral da Mesa Paulo Afonso Martins de Oliveira, o Diretor-Geral Adelmar Sabino —, mais tarde investidos também de idênticas funções na Assembleia — o Diretor Legislativo Hélio Dutra e o Secretário-Geral da Mesa do Senado Nerione Nunes Cardoso promoveram, com base em atos da Mesa, uma série de mudanças e providências, desde a adaptação das instalações nas salas das comissões da Câmara para servirem às comissões e subcomissões até a organização de grupos e de subgrupos com finalidades específicas de apoio.

Junto à estrutura da Câmara e do Senado, foram criados grupos de funcionários que estão a serviço somente da Constituinte, à noite, no término da sessão vespertina. São denominados núcleos de apoio e, além do horário de expediente, dão plantão permanente até as 23 horas, de segunda a sexta-feira, sendo porém previstas jornadas aos sábados e domingos, eventualmente, conforme a necessidade. Esses núcleos são constituídos pela Diretoria-Geral da Constituinte, pela Secretaria-Geral da Mesa, pela Diretoria Legislativa e pela Diretoria Administrativa. A esses núcleos, à proporção que os trabalhos se desenvolveram, foram acrescidos ou diminuídos os números de servidores neles lotados. Tanto no Senado quanto na Câmara a organização obedeceu ao mesmo parâmetro, de forma a uniformizar as atividades das Casas legislativas.

Pelas experiências anteriores, o Núcleo de Apoio da Secretaria-Geral foi reforçado, organizando-se três setores, um para recebimento de emendas, outro para análise dessas emendas (correção de possíveis equívocos, que possam ocorrer na parte formal, e indexação por autor das emendas),



Paulo Afonso M. de Oliveira



Adelmar Silveira Sabino



Hélio Dutra

e outro ainda para a reprodução e distribuição das cópias dessas mesmas emendas para os setores diretamente envolvidos no trabalho (Cegraf, Comissão de Sistematização e Arquivo).

No que tange à Diretoria Legislativa, esta, desde o início das atividades legislativas ordinárias, em fevereiro, já estava envolvida com as providências preliminares necessárias à instalação da Constituinte. Assim que dispôs de condições institucionais (ou seja, regulamentação por Ato da Mesa da Constituinte), foram criados dois setores para atendimento exclusivo aos trabalhos de elaboração da Constituição: o Setor de Atendimento à Secretaria-Geral da Mesa e a Secretaria de Apoio e Informação. O Setor de Atendimento à Secretaria-Geral da Mesa foi incumbido de tarefas urgentes, inclusive as relacionadas à criação de estrutura funcional e burocrática, para viabilizar os procedimentos relacionados à apresentação e tramitação de emendas e sugestões para a elaboração do projeto de Constituição. Dentre outras atribuições de porte, foi esse o setor responsável pelo recebimento e processamento das sugestões externas para o texto constitucional.

A Secretaria de Apoio e Informação foi instituída para servir de elo de ligação entre as comissões e subcomissões e a administração da Câmara dos Deputados, com vistas à satisfação das necessidades relacionadas à instalação dos órgãos constitucionais, ao suprimento de material, à obtenção de pessoal, para a transmissão das determinações superiores aos responsáveis pelo seu cumprimento e, principalmente, para a transmissão de informação ao público



Nerione Cardoso

A dimensão do esforço de quem faz a Carta tem a retaguarda de um outro trabalho: o pessoal de apoio que garante o funcionamento pleno da Assembleia, dia e noite

e à imprensa sobre as atividades da Constituinte. Para tal função, foram instalados quatro terminais de computador junto ao referido setor.

A Diretoria Legislativa, pela sua função no processo de trabalho, ainda criou seis núcleos de apoio para atendimento à Constituinte, em caráter complementar: Departamento de Comissões; Assessoria de Orçamento e Fiscalização

Financeira; Centro de Documentação e Informação; Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação; Assessoria Legislativa e Secretaria de Apoio e Informação, incluindo também a atuação da Diretoria Legislativa em caráter excepcional. A cada uma dessas células foram designadas funções específicas:

Ao Departamento de Comissões coube a competência do processamento das proposições oriundas da Secretaria-Geral da Mesa: organizar os processos de cada uma delas para publicação, tramitação e arquivo; suprir todas as comissões e subcomissões, inclusive as instaladas no Senado, gabinete do líder do PMDB, os gabinetes dos membros da Mesa, a sala de imprensa e outros setores de material permanente e de consumo; a reprodução das sugestões, pareceres, pautas das reuniões e demais documentos.

A Assessoria de Orçamento e Fiscalização Financeira ficou responsável especificamente pelo assessoramento à Subcomissão de Orçamento e Fiscalização Financeira e pela prestação de elementos relacionados à sua área de atuação às demais subcomissões e comissões constitucionais, assim como a todos os constituintes.

Já a consulta bibliográfica aos parlamentares e aos órgãos da Constituinte, através de pesquisas em catálogos, entrevistas, terminais de vídeo ou diretamente do acervo, ficou por conta do Centro de Documentação e Informação.

Esse núcleo ainda se presta à análise e seleção de textos, acesso aos documentos para uso, reprodução e controle do material bibliográfico e arquivístico, fornecimento de publicações editadas pela Constituinte.

Já a Assessoria Legislativa responde pelo atendimento a todas as comissões, subcomissões e à Comissão de Sistematização, nas mais variadas áreas do conhecimento, praticamente todas as relacionadas às ciências humanas. Ao departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação coube, como atribuição principal, a gravação e o apanhamento taquigráfico de todos os pronunciamentos e debates em plenário, comissões, subcomissões, com os respectivos processamentos de revisão e redação, assim como a sonorização para todas as reuniões, sessões e debates.

RELATÓRIOS

No que compete à Diretoria-Geral, a atividade não foi menor. Além de realizar a regulamentação das atividades do pessoal envolvido nos núcleos de apoio, ela ainda é responsável pela realização de um relatório a cada dois meses sobre as atividades totais desenvolvidas pela Constituinte, na parte administrativa, prestando contas de todos os gastos efetuados no período. Já foram feitos dois relatórios. A previsão é de que sejam feitos cinco relatórios até o final dos trabalhos.

Tudo está sendo feito com o propósito de acompanhar os gastos da Constituinte, em todos os detalhes. O relatório abrange os setores de pessoal, convidados, obras de adaptação, material de expediente, despesas de telecomunicações, processamento de dados e publicação e impressos. Todos esses itens são discriminados em seus valores globais num período de dois meses, e o total gasto até a emissão do documento. Mas o relatório ainda é mais minucioso ao detalhar os investimentos corriqueiros, como aquisição de ventiladores, lanches e refeições, aluguéis de telão para a solenidade de abertura da Constituinte, vestuário do pessoal da copa, publicações em jornais da convocação da abertura.

Até o momento, o total geral dos gastos efetuados para o funcionamento da Constituinte é de Cz\$ 75.775.043,04, sob responsabilidade da Câmara. O Senado investiu Cz\$ 225.669.917,83. O gasto maior ficou por conta do Serviço de Processamento de Dados (Prodasen), que consumiu mais de 119 milhões de cruzados. A Câmara, por sua vez, investiu mais na implantação do sistema eletrônico de votação. Foram aplicados, nesses quatro meses, cerca de 36 milhões de cruzados.

Ocorreram também investimentos em obras de adaptação, necessárias para o funcionamento dos gabinetes e das comissões e subcomissões, bem como as reformas de reambientação, que visaram atender ao aumento do número de participantes e à presença das pessoas interessadas em assistir aos debates. As subcomissões e comissões, onde antes funcionavam as comissões técnicas, também sofreram adaptações, como a instalação de novos microfones para auxílio da taquigrafia parlamentar. Aqui, devido ao prédio onde funcionaram as comissões e subcomissões, no Anexo II da Câmara, não possuir sistema de ar condicionado, foi preciso que se instalassem ventiladores. Tudo a favor da nova Constituinte.

A qualidade do corpo de servidores

Marcelo Cordeiro, 1º-Secretário da Mesa da Assembleia Nacional Constituinte, analisando a atuação do corpo de servidores que vem atendendo à Constituinte, observou:

“Aspecto dos mais expressivos do processo de elaboração legislativa dentro da Constituinte é o trabalho que vem sendo desenvolvido exclusivamente por funcionários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. A diretriz nesse sentido adotada pela Mesa da Assembleia, além de economizar recursos, permitiu constatar, mais uma vez, a alta qualidade dos trabalhos que os servidores do Legislativo podem desenvolver, evidenciando que esse funcionalismo não está subalterno a rotinas burocráticas, mas, pelo contrário, é capaz de,

sem nenhum treinamento prévio, assimilar métodos, funções e atividades novas. É isso que estamos observando no desempenho dos funcionários legislativos, frente aos desafios da Assembleia Nacional Constituinte. Não podemos deixar de registrar o papel que homens como Paulo Afonso, Adelmar Sabino, Hélio Dutra, na Câmara, e Nerione Cardoso, no Senado, entre muitos outros que me dispense citar para não incorrer no erro de omissão, estão desempenhando para garantir à Constituinte o apoio logístico de que necessitamos, a fim de levar esta Assembleia histórica ao seu destino. Quero, nesta oportunidade, deixar claro o agradecimento a todos os servidores que, com seu trabalho, estão dando exemplo de competência e patriotismo.”

Assistência preventiva

Srs. Constituintes,
Previdência Social nos casos de doença, velhice, invalidez e morte. Seguro-desemprego, seguro contra acidente de trabalho e proteção da maternidade, através de contribuição da União, do empregador e do empregado. Aposentadoria para a mulher aos 30 anos de trabalho, com salário integral. Assistência sanitária, hospitalar e médica preventiva para todos.

Jucileide Cairus Ribeiro
Itanhém — BA

Aproveitamento dos presos

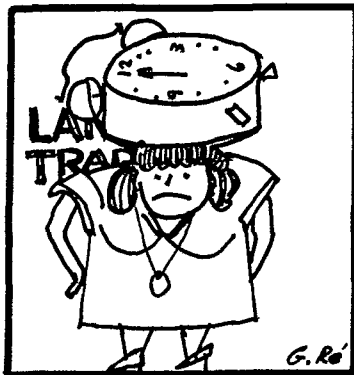
Srs. Constituintes,
O governo deveria mandar os presidiários para a Amazônia abrir estradas, fazer plantações, e com essas colheitas fazer o estoque do governo. Aí sim, ele teria lucros; gastaria as mesmas coisas com os presos e ajudaria aos assalariados, pois comeriam melhor e gastariam bem menos. Os presos também poderiam ser aproveitados para construir casas, as quais seriam feitas em terrenos das prefeituras de cada cidade, sendo vendidas para os assalariados a preços de custo. (...)

Clotilde Fernandes Lobasco
Ferraz de Vasconcelos — SP

Atenção à mulher

Srs. Constituintes,
Desejo que a nossa Constituição dê atenção à mulher, que, apesar dos afazeres domésticos, possui a mesma carga horária do homem, pela atual CLT. Um aumento real dos salários, uma vez que o custo de vida aumenta muito e o salário não o acompanha. (...) Que a nova Constituição dê maiores chances aos que realmente querem trabalhar, deixando de lado os "oportunistas".

Yara de Souza Leme
Serra Negra — SP



Fiscalização do seguro

Srs. Constituintes,
É preciso que nossa Constituição determine a forma de as seguradoras, em geral, procederem quanto aos seguros de ônibus, caminhões, veículos em geral. Não existe, por parte das seguradoras, nenhuma fiscalização, tanto nas estradas quanto nas cidades. Na

ESCREVA A SUA CARTA

Cotipora, 20 de julho de 1987

Senhores Constituintes

Todo o cidadão após trabalhar grande parte da vida, tem o direito e o dever do Estado conceder-lhe a aposentadoria, mas uma aposentadoria digna e humana capaz proporcionar ao trabalhador condições de levar o tempo restante de sua vida em paz, sem ser necessário ficar esmolando para conseguir sobreviver

CEP 95336

Gilmar Marson - Cotipora - RS

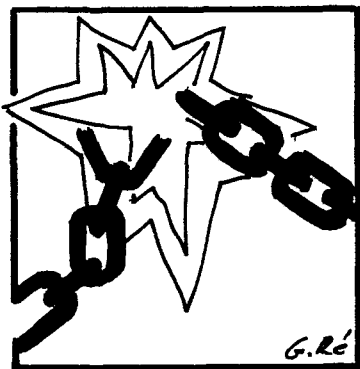
Esta página é destinada a você, leitor.

Escrevendo, você manda sugestões para os Constituintes.

A idéia é participar sempre mais.

agricultura existe muita burocracia e, às vezes, desonestidade na hora do pagamento. O mesmo se dá quanto aos seguros das casas do BNH: é um absurdo, pois o maior interessado não participa, que é o proprietário. (...)

Ricardo Ismael Brasil Leite
Goiânia — GO



Estreitamento de relações

Srs. Constituintes,
Que se incluam na Constituição dispositivos que garantam o gradual desatrelamento do Brasil do sistema financeiro internacional, dando ênfase à produção e ao consumo interno, com base no pleno emprego e no poder de compra de todos os cidadãos brasileiros; (...) O estreitamento de relações comerciais, culturais e de amizade com os países latino-americanos, africanos e asiáticos, que apresentem os mesmos anseios de paz e crescimento que o nosso. (...)

Fernando Dutra de Sá Júnior
Uberaba — MG

Papel do Estado

Srs. Constituintes,
(...) Penso que a nova Constituição deva definir com clareza o papel do Estado na economia. Tal papel deve ser de participação efetiva, principalmente em setores básicos que induzam toda a economia a um crescimento.

Celso André Guerra Pinto
Vitória — ES

Não à reforma

Srs. Constituintes,
Sugerimos que os mandatos do presidente da República, dos governadores, dos senadores e dos prefeitos sejam de quatro anos. A dispensa da reforma tributária, pois é só os prefeitos saberem aplicar o que as prefeituras têm no momento, sem desviar verbas para campanhas políticas. E quanto à greve, é o único instrumento do trabalhador para reivindicar seus direitos, desde que seja sem violência (...)

Diretório Municipal dos Trabalhadores
Itapirapuã — GO

Lei mais severa

Srs. Constituintes,
Particularmente, acho que se deva implantar a pena de morte no País. Lógico que somente para crimes bárbaros, como estupro, tráfico de drogas etc. Acho que o indivíduo pensaria duas vezes antes de praticar algum crime, e com isso, certamente os índices de violência no País chegariam a quase zero. Milhões de brasileiros almejam uma lei mais severa aos impios assassinos, traficantes, estupradores etc. (...)

Vanderley Pereira da Silva
Além Paraíba — MG

Mau atendimento

Srs. Constituintes,
(...) No interior, a Previdência existe apenas para arrecadar; o atendimento é feito da maneira mais desumana possível; o servidor fica em uma fila, a partir das quatro horas da manhã, para receber uma ficha que, muitas vezes já está esgotada e, quando acontece de pegar uma ficha, o médico o atende sem nenhum interesse. Que se coloque mais médicos para atender o segurado com dignidade; caso contrário, que se extinga o Órgão.

Maria Genilda Gomes Ribeiro
Terra Nova — PE

Tradição presidencialista

Srs. Constituintes,
(...) A Constituinte, cujos membros não representam a vontade do povo brasileiro, vem propondo em forma mista, com aspectos parlamentarista e presidencialista o sistema de governo. Essa idéia, além de esdrúxula, é absolutamente estranha ao povo de nosso país, que em momento algum se levantou para contestar a tradição presidencialista nacional.

Gustavo Kneger Barreiro
Porto Alegre — RS

Colégio nos presídios

Srs. Constituintes,
Lei que modernize o sistema carcerário, instalando colégios nos presídios para que as pessoas que ali estão tenham a chance de estudar e aprender alguma profissão através de cursos. Se isso acontecesse, todas as pessoas que saíssem de um presídio teriam condições reais de se integrar novamente à sociedade.

Itamar Luiz Gayardo
Quedas do Iguaçu — PR

Direito à opção

Srs. Constituintes,
É inegável o valor da mão-de-obra feminina e o que ela representa no cômputo geral, tanto na economia do País quanto na economia do lar. Proponho que, dada esta duplicidade de papéis, a mulher que possua filhos menores, tenha resguardado, por lei, o direito de optar por uma jornada de trabalho corrida de seis horas, a fim de que, estando presente no mínimo metade do dia junto aos filhos, poupe-os de uma educação distorcida nas ruas ou em creches e escolas de idoneidade duvidosa.

Maria Cândida Dalbert de Navarro
Belém — PA



Aumento da violência

Srs. Constituintes,
Nos últimos 20 anos, a violência vem aumentando muito no Brasil. Como a sociedade brasileira é subdesenvolvida, as pessoas sem instrução e sem preparação para o trabalho não recebem nenhuma chance de trabalho e são esquecidas e marginalizadas. A violência cresce, devido à fome e à miséria. O que fazer, diante de tal si-

tuação? Criar a pena de morte não adiantaria nada, porque o indivíduo que cometeu tantos crimes, roubos e homicídios não tem nenhuma chance diante de um tribunal(...)

Nelson Luís de Paula dos Santos
Carazinho — RS

Tratamento discriminatório

Srs. Constituintes,
Minha grande preocupação é com a futura aposentadoria. Como profissional liberal, contribuo obrigatoriamente, no máximo, para a Previdência Social, e estou ciente de que ao aposentar receberei menos da metade da contribuição mensal efetuada naquela data após 35 anos de serviço. (...) As teses hoje aplicadas para concessão das aposentadorias são totalmente diferentes das adotadas para o funcionalismo público, civil e militar. A Constituição deve acabar com esse tratamento discriminatório.

Luiz Eduardo Chaves
Rio de Janeiro — RJ



Salário defasado

Srs. Constituintes,
Que os deputados e senadores lutem com mais intensidade em favor de salários que realmente atendam às necessidades de cada trabalhador brasileiro, que em nossos dias são tão defasados; que haja uma melhor fiscalização quanto à jornada de trabalho, o que não se vê atualmente; que o trabalhador tenha mais condição de alcançar um nível elevado nas empresas através de concursos.

Nilson Maciel de Souza
Apucarana — PR

Convivência ruralista

Srs. Constituintes,
Minha sugestão é no sentido de que seja regulamentada a convivência entre o proprietário e o trabalhador rural. Antigamente, era comum o fazendeiro entregar um pedaço da sua terra para que alguém nela morasse e trabalhasse. Hoje, o trabalhador rural foi de tal forma protegido, que nenhum proprietário se arrisca a ceder a sua terra, naquelas condições, pois corre o risco de ficar sem ela. Uma lei que equilibrasse os direitos seria oportuna, pois a proteção excessiva gerará sérios prejuízos. O êxodo rural e a inchaço das grandes cidades se devem, principalmente, a esse fator.

Wellington Antônio Aguiar
Coromandel — MG

Calma, gente, tem tempo!

Uma nação é um projeto histórico, atemporal. É feita a cada segundo, a cada minuto, a cada dia, a cada século. Pedro Álvares Cabral apenas descobriu "um" Brasil, quando as caravelas portuguesas aqui aportaram, e Pero Vaz, o primeiro repórter desta língua, nessa Terra de Santa Cruz, assegurou ao rei, naquela famosa frase, que "aqui, em se plantando, tudo dá".

De fato, deu de tudo. Das capitanias hereditárias (um método de assegurar a administração pela outorga de concessões) até hoje, passou-se um breve espaço de tempo. Um breve e longo espaço de tempo. Esse país começou sendo construído, como todos os outros, pela junção de coisas e pessoas. Sobraram poucos índios, mas temos mais de 140 milhões de brasileiros. Como explicar esse tipo de fenômeno?

"Se mais mundo houvera, lá chegara!". Este ainda é o lema de um dos jornais da capital. É de verdade. A colonização portuguesa só não nos traz, hoje, tecnologia de ponta, por exemplo, porque o Brasil foi colonizado na decadência do império português. Era grande, mas era decadente. Tudo o que sobe, desce. Espanha juntou-se a Portugal e ficamos sob essa égide por quase um século. A primeira idéia de quem veio de fora era achar para transportar. O colonialismo, antes de ser um crime terrível, era uma necessidade histórica. Nada foi senão o que aconteceu. Depois de portugueses e espanhóis, por aqui passaram holandeses e franceses. Mas as vozes da África, que vieram aprisionadas, acabaram se libertando, de uma ou de outra forma, e tudo acabou misturado — portugueses, espanhóis, holandeses, franceses, africanos. Os índios foram diminuindo. Vieram as religiões. Primeiro, a católica, apostólica, romana. Depois, outras. Hoje, ninguém é capaz de assegurar se as religiões afro-brasileiras têm mais adeptos que a Igreja Católica, ou as demais formas de Cristianismo. Não importa!

Tudo foi se juntando para formar o Brasil. O capital inglês cedeu ao americano, a resistência houve, no momento mais duro, e Getúlio Vargas, um dentre vários nacionalistas, transformou-se de ditador em libertário.

Tudo isso leva tempo. O Brasil continua se procurando. Não há, pois, porque limitar exatamente o tempo em que se faz o novo pacto de toda essa gente que hoje se chama brasileira. Realmente, não pode durar muito. Mas que todos negociem entre si: banqueiros, bancários, empresários, trabalhadores, comunistas, fascistas, negros, brancos, índios e predadores. Uma constituição não é um corte no tempo, é o espelho do próprio tempo. E, como ele, é mutável.

Ronaldo Paixão
Secretário de Redação



Ulysses Guimarães: quando o Regimento Interno foi elaborado não poderia prever a quantidade de proposições a serem apreciadas

Novo prazo para emendas

O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, após reunião com lideranças partidárias, fixou novo calendário para exame das emendas de plenário e, na Comissão de Sistematização, para o parecer do relator e deliberação final sobre o novo texto. Assim, o término do prazo de apresentação de emendas, que se encerraria às 24 horas do dia 2 de setembro, ficou prorrogado até o dia 5 (sábado), às 24 horas.

O relator teve o prazo para apresentação de seu parecer dilatado para dez dias, ficando como data fixada o dia 15 de setembro

(terça-feira) às 24 horas. Consequentemente, a publicação do trabalho final de Bernardo Cabral será no dia 16 e a distribuição no dia seguinte, 17. A Comissão de Sistematização terá 15 dias para deliberar sobre o substitutivo, até dois de outubro (sexta-feira). A publicação do parecer da Comissão e a sua distribuição aos constituintes acontecerão nos dois dias que se seguem. Finalmente, o projeto constitucional entrará na Ordem do Dia da Constituinte a partir do dia cinco de outubro (segunda-feira). Os destaques deverão ser apresentados nos dias 18 e 19

de setembro perante a Comissão.

O constituinte Ulysses Guimarães justificou as mudanças no calendário como naturais, levando-se em conta, segundo sublinhou, o grande número de emendas já apresentadas, 20.791, durante a discussão da matéria em plenário, às quais já se juntam, até o momento, perto de três mil no âmbito da Comissão de Sistematização. "Quando o Regimento Interno foi elaborado — disse — não poderia prever a quantidade de proposições a serem apreciadas".

Ulysses Guimarães ainda subli-

nhou ser o Regimento Interno no Parlamento um meio e não um fim, tendo como pressuposto viabilizar a elaboração legislativa, principalmente em termos de qualidade. A seu ver, acresce o fato de que, no caso, trata-se da elaboração de um diploma da responsabilidade política, social e econômica de uma Constituição. O parlamentar considerou também que o trabalho das comissões, em todos os congressos, deve ser prestigiado, inclusive com tempo hábil, "pois o debate é sobre o mérito e sustentado por conhecedores mais exímios da matéria".



Alair Ferreira chegou à Câmara em 59, e desde então sempre foi reeleito.

Constituinte sofre mais um desfalque

A Assembléia Nacional Constituinte foi desfalcada de mais um de seus membros: Alair Ferreira, do PFL do Rio de Janeiro, vitimado por um enfarto, quinta-feira, em Brasília. Ele foi o segundo constituinte a desaparecer desde a instalação da Assembléia. O primeiro foi o constituinte Fábio Lucena, senador pelo Amazonas. Alair Ferreira completaria 67 anos de idade no próximo dia 9 de novembro. Era natural de Sacramento, em Minas Gerais, economista e industrial. Mas foi no Rio de Janeiro onde ele iniciou sua carreira política, elegeu-se deputado federal pelo PSD, em 1959, cumprindo mandato até 1967. Foi sucessivamente reeleito em 63, 66, 72, 74, 78 e 82, pela Arena e depois pelo PDS. Em 1986, foi eleito constituinte pelo PFL e cumpriria seu mandato até 1991. Na Câmara, Alair Ferreira foi titular das Comissões de Orçamento, Comunicação e Transportes, chegando à vice-presidência dessa última. Também foi suplente da Comissão de Finanças. Deixou viúva a Srª Maria Carolina Terra Ferreira e os filhos Sônia e Alair. Em sinal de pesar por sua morte, a Câmara e o Senado suspenderão suas próximas sessões ordinárias depois que lhe forem prestadas homenagens da tribuna das duas Casas. O corpo de Alair Ferreira foi trasladado de Brasília para a cidade fluminense de Campos a bordo de um avião cedido pela Presidência da República.



Um retrato em preto desse país

No nome, na cor, no sangue e no sofrimento dessa mulher que se fez força, a síntese de toda uma raça, a raiz da própria raça brasileira, dessa gente que com ela ri e dança, chora e acusa, pede e recusa, reza e espera e, sobretudo, trabalha. O que há na expressão dessa dama de cor é o retrato em preto e em branco do drama dos irmãos da negritude e dos "negros" de outras cores, também sofridos. E nos gestos, enfim, dessa bendita Benedita, se faz o discurso de quem quer nos dizer que não dá mais pra segurar: **EXPLODE, CORAÇÃO!**



Benedita Souza da Silva

Benedita Souza da Silva, 35 anos, é uma mulher de origem portuguesa, brasileira, e mora em São Paulo. Ela é casada com um homem branco e tem dois filhos, um menino e uma menina. Ela é uma mulher de cor e trabalha como costureira. Ela é uma mulher de cor e trabalha como costureira. Ela é uma mulher de cor e trabalha como costureira.